



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

GRUPO DE TRABALHO - IES - CONLE			
EVENTO: Grupo de Trabalho	REUNIÃO Nº: 0844/18	DATA: 25/09/2018	
LOCAL: Plenário 15 das Comissões	INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 17h54min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ADRIANA MARIA TONINI - Diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. GERALDO NUNES SOBRINHO - Presidente Substituto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. MARIA TEREZA CARTAXO MUNIZ - Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação — FOPROP. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Ex-Ministro da Educação e Professor da Fundação Getúlio Vargas.

SUMÁRIO

Debate sobre a agenda para as instituições de ensino superior públicas.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções inaudíveis. Houve intervenções ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Boa tarde a todos e a todas!

Mais uma vez gostaríamos de agradecer ao Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, por nos ter convidado para coordenar este grupo de trabalho. É importante dizer que este é um grupo de trabalho da Presidência da Câmara que tem se reunido para tentar fazer um diagnóstico da educação superior pública.

Obviamente, vamos tentar fazer um diagnóstico global, apresentar alguns pontos importantes e sugerir à Presidência da Casa que isso se transforme em — ajude-me, Ricardo — projeto de lei, com o intuito de melhorarmos a educação superior, a pesquisa, pós-graduação e inovação e a questão da evasão com inclusão.

Temos também a questão da sustentabilidade, que eu acho importante, até em termos de economia para as instituições, e a questão do PNAE, sobre a qual o Prof. Paim poderia falar, que não foi criado de forma permanente. Acredito, pelo instrumento utilizado, que ele pode ser revogado. Então, nós queremos dar continuidade a esse projeto de inclusão.

Agradeço aos membros da Comissão, que são de várias universidades, e aos convidados: a Dra. Adriana Maria Tonini, Diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; o Dr. Geraldo Nunes Sobrinho, Presidente Substituto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES; a Dra. Maria Tereza Cartaxo Muniz, Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação — FOPROP; e o Prof. José Henrique Paim, ex-Ministro da Educação e agora na Fundação Getúlio Vargas.

Vou tentar seguir a ordem. Iniciaremos com a Profa. Adriana, lembrando que a senhora disporá de 15 minutos, com a tolerância de 5 minutos.

Só vou dar um norteamento. O que nós queremos ouvir, se possível, obviamente a senhora é livre para falar o que estiver dentro do contexto que a senhora trouxe... Nós tivemos um REUNI para as universidades, não com esse nome. De acordo com essa restrição e com o que vimos acontecer com a ciência e



tecnologia, a diminuição de verba, por que não sugerir algo parecido com um REUNI da pesquisa, pós-graduação e inovação, dentro da ciência e tecnologia?

Por favor, fique à vontade, Profa. Adriana.

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Boa tarde a todos.

Venho aqui representando o CNPq: sou diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais. O viés da nossa defesa é sempre pela ciência, tecnologia e inovação.

Quando se fala em fortalecer a educação superior — vamos pensar o ensino superior tanto no sentido do *lato* quanto do *stricto sensu*, da graduação e da pós-graduação em todos os seus níveis, da especialização, do mestrado, do doutorado, do pós-doutorado —, a situação é preocupante à medida que o País investe um percentual muito pequeno do PIB.

Primeiro, temos de tentar subir isso para no mínimo 2%, porque não podemos falar em desenvolvimento do Brasil, em desenvolvimento do nosso País, sem pensar em desenvolvimento científico e tecnológico. Senão, estaremos sempre submissos a outras tecnologias, a outras inovações, a outras coisas que são colocadas para nós aqui no Brasil.

Em termos de dados, para fortalecer esta minha fala, no viés ciência, tecnologia e inovação, o Brasil é o 13º país produtor de ciência, de conhecimento, quer dizer, estamos bem — 13ª é uma posição muito boa em termos mundiais. É claro que podemos melhorar, mas podemos dizer que estamos bem. Agora, quando nós vamos para a inovação, ocupamos a 79ª posição e temos caído. Isso está muito ruim. Como vamos desenvolver este Brasil, repetindo a fala, se não pensarmos em melhorar esses índices de inovação?

Para o desenvolvimento de um país, não adianta pensarmos só em ciência. A ciência gera conhecimento, que tem de gerar produtos e serviços, que têm de ser transformados em riqueza, porque é a riqueza que vai alimentar a pesquisa. É pena que eu não tenha trazido uma apresentação em que falo sobre isso. É um círculo. Temos a pesquisa, que gera bastante conhecimento, e nisso estamos bem, mas, se esse conhecimento não produzir produtos e serviços que possam gerar riquezas para a alimentar, não adianta, isso não sustenta o crescimento.



Aonde quero chegar? Quando falamos em ciência, tecnologia e inovação, onde estão os maiores centros de pesquisa do Brasil? Acho que vocês têm a resposta. Nas universidades públicas. Vamos focar o nosso tema aqui. É onde temos tecnologia de ponta, laboratórios, enfim, é ali que precisamos investir.

Por que se fala em fuga de cérebros, de doutores e pós-doutores? Porque eles não têm aqui o que precisam para trabalhar. É só por isso! Não é porque eles não queiram ficar no Brasil; eles desenvolvem pesquisa de ponta e precisam de laboratórios, que são caros. Ainda não conseguimos sensibilizar esses pesquisadores para de fato segurá-los aqui, porque eles chegam aos Estados Unidos, à Alemanha e ouvem o seguinte: *“Eu te dou um laboratório”*. Isso é a mesma coisa que dar uma bala à criança. Os olhos brilham, e eles vão. E vão porque querem pesquisar, têm sede de pesquisa, não conseguimos segurá-los. Só conseguiremos segurá-los quando tivermos políticas públicas que realmente fixem o pesquisador aqui no Brasil. Fixar é exatamente investir na carreira dele.

Os cientistas nem falam em termos salariais, por incrível que pareça. Refiro-me aos cientistas de fato. No CNPq temos 15 mil cientistas brasileiros, que são os nossos pesquisadores de produtividade. São os *tops*, dos *tops*, dos *tops*, reconhecidos internacionalmente. Se conversarmos com eles, não veremos um professor dizer assim: *“Não, eu tinha que ganhar tanto”*. Não existe essa fala! O que existe é: *“Eu quero laboratório para isso. Eu quero bolsa para os meus alunos. Eu quero bolsa para o doutorado, para o mestrado, o pós-doutorado”*. Ele tem a sua rede de pesquisa. E não só no País, ele precisa também de pós-doutorado para o exterior, ele precisa de doutorado sanduíche. O aluno vai, mas ele vai junto! O aluno o representa no grupo de pesquisa, é a rede dele que está sendo representada. Então temos que fortalecer, sim. O primeiro investimento que temos que fazer é nesse viés da ciência, tecnologia e inovação. Nos institutos públicos é que estão realmente os maiores centros de pesquisa.

Está bom por aí? Se deixarem, eu falo mais, porque professor adora falar, não é? *(Riso.)*

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Pode continuar, Dra. Adriana.



A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Não, vamos deixar as pessoas falarem. Depois voltamos e falamos, V.Exa. dá mais uma rodada. Primeiro, é só aquele levantamento geral. Depois, podemos até pensar em algumas ações importantes para serem conduzidas, focando algumas temáticas que podemos discutir.

Obrigada pela atenção.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vamos ouvir agora o grande mestre, pela sua experiência, o Prof. Geraldo Nunes.

Eu pedira, por favor, que se apresentassem, para a transcrição dos trabalhos.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO - Boa tarde a todos e a todas.

Sou Geraldo Nunes. Atualmente estou Diretor de Programas e Bolsas no País, da CAPES. Eventualmente sou substituto do Presidente nos impedimentos dele. Por isso estou aqui hoje. Não estou como Diretor de Programas e Bolsas.

De certa forma, fui pego de surpresa. Soube que viria para cá hoje de manhã. Eu estava na reunião do CTC e do IBICT e fui designado pelo Prof. Abilio. Até me reuni com ele e perguntei se não havia sido um engano. Ele disse que era isso mesmo, porque não poderia vir. Então fui convidado.

Antes da minha fala, quero cumprimentar o Prof. Roberto, o Prof. Paim, a Profa. Tereza, a Profa. Adriana.

Tecerei algumas considerações sobre a questão das IFES e do sistema público. Com relação à pós-graduação, vou falar um pouco sobre o sistema, a questão dos desequilíbrios dentro do sistema, o financiamento, as políticas e prioridades.

Primeiro, vamos tratar de sistema. Trouxe alguns números e me veio a ideia de saber de que tamanho é esse sistema.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação é um sistema consolidado. O Prof. Ricardo sabe disso. Eu diria que o Sistema Nacional de Pós-Graduação é um patrimônio nacional. São 67 anos de investimentos basicamente públicos ou quase totalmente públicos. É uma construção histórica, uma construção social — não é, Prof. Ricardo? —, é um sistema qualificado. Acho que até na sociedade se sabe que o Sistema Nacional de Pós-Graduação tem um padrão de qualidade. Alguns discordam da forma como ele é aferido, mas sabem que ele tem um padrão de qualidade. Discordam às vezes de um aspecto ou outro.



Esse é, digamos assim, um panorama. Trata-se de um sistema qualificado, construído ao longo de décadas de investimentos públicos e que merece ser conservado. Isso não significa dizer que não mereça ser mudado — essa é outra discussão. Temos elementos que mostram que precisamos de outro olhar, já que o momento é distinto. Ele foi construído dentro de um processo histórico, mas agora nós nos deparamos com outra situação e precisamos repensar o sistema.

Falemos em alguns números desse sistema: 48% são de instituições privadas. Se compararmos instituições públicas com privadas — as públicas estaduais e municipais são muito poucas —, verificaremos que as instituições privadas representam 48%.

Estou citando esses números para depois falar sobre o peso de cada instituição dentro do sistema.

As instituições públicas estaduais representam 18%. Basicamente o sistema paulista responde muito por isso, Prof. Ricardo. Mas há outros sistemas importantes, como o de Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco, aqui representado pela professora. Não nos esqueçamos da Universidade de Pernambuco — UPE, não é, professora? Instituições federais representam 32%. A representação das instituições municipais é muito pequena, 2%.

Contudo, quando observamos o sistema, vemos que o sistema federal responde por 56% dos discentes titulados e por 58% dos matriculados.

O que quero dizer é o seguinte: o sistema federal responde por 59% dos matriculados e por 56% dos titulados. Vejam o peso do sistema! Se somarmos o público federal e o estadual, veremos que esse número é maior ainda. As estaduais representam 25% dos titulados. Juntando os sistemas estadual e federal, chega-se a quase 80% dos titulados; e, em termos de discentes matriculados, representam mais de 82%. Então, Prof. Ricardo, esses são números muito significativos e mostram a importância do sistema público no SNPG.

Ademais, ao olhar o sistema por dentro — Prof. Roberto, o senhor sabe muito bem disso; o Prof. Paim também —, a mais alta qualificação está exatamente nesse sistema público, tanto nas federais quanto nas estaduais. Então, além de responder pelo maior volume de discentes e de titulados no sistema, ele ainda é o mais bem qualificado, se compararmos os subsistemas. O privado ainda carece de certa



qualificação. Também é recente, não é isso, Prof. Paim? Ele não é um sistema tão consolidado, porque as federais e as estaduais começaram primeiro. É um sistema recente em termos estruturais. A pós-graduação começou efetivamente em 1965, do ponto de vista do certificado de nascimento, que se deu com o Parecer nº 977. Nasceu um pouco antes talvez, mas, do ponto de vista estrutural, nasceu em 1965, com o Parecer nº 977, do Prof. Sucupira. Nossa pós-graduação de maneira geral é recente, mas a pós-graduação privada é mais recente ainda.

Dados esses números, tecerei algumas considerações sobre a questão do financiamento.

Estou à frente da Diretoria que tem o maior volume de investimento da CAPES, do Sistema Nacional de Pós-Graduação, que é a Diretoria de Programas e Bolsas no País. O Prof. Ricardo já foi Diretor da DPB. Ele a conhece muito bem e sabe que a DPB representa dois terços do investimento da CAPES, Prof. Paim. Desses dois terços, 80%, Prof. Roberto, são bolsas. Repito: 80% dos investimentos da CAPES no Sistema Nacional de Pós-Graduação são bolsas. Temos investimentos no Portal, que o Prof. Paim conhece, que representam 14%, e investimentos em recursos para custeio, em torno de 8%, o que é muito pouco. Não se consegue recurso humano qualificado — os professores e professoras sabem disso —, só com bolsa. É obvio que não! É preciso haver investimento em custeio para mobilidade nacional, para compra de equipamentos, para compra de insumos, etc. Para fazer pesquisa de qualidade é preciso haver investimento em custeio e capital. Hoje o investimento da CAPES em custeio se resume a 8%.

Há uma crise de investimento no sistema, embora não possamos dizer que o sistema não tem recurso suficiente. Se observarmos globalmente, podemos dizer que o sistema está... Nós atendemos quase 40% de todo o sistema em termos de bolsa! Só a CAPES responde por 33%. Quando se soma ao CNPq e às outras agências, o sistema é atendido em quase 40% do número de estudantes matriculados. É um número razoável.

Se considerarmos que o recorte para investimento é mérito, esse patamar, em termos de parâmetros internacionais, geralmente é um pouco menor, não chega a 40%. Nós não podemos dizer que 40% do sistema é meritório a ponto de receber



uma bolsa. Eu quero dizer com isso que o sistema não está tão desassistido como poderíamos pensar.

O que observamos nesses últimos 2 anos em que estamos à frente da CAPES? Há um certo desequilíbrio no sistema. Há dois tipos de desequilíbrio. O primeiro é esse a que me referi: os investimentos de bolsa e custeio, no meu entender, do ponto de vista de formação de recurso humano de alto nível, deveriam ter um balanço diferente. O segundo ponto que acho importantíssimo saber é que existe um desequilíbrio intrassistema, do ponto de vista de distribuição de bolsas.

Hoje, devido a processos históricos de orçamento, particularmente por conta da entrada de recursos em alguns momentos, investimentos que foram feitos sem que, naquele momento, se pensasse numa perspectiva mais adequada à questão de mérito, estratégias de investimento que levassem em consideração temas e prioridades, de certa forma isso causou um desequilíbrio no sistema. Introduzia-se um recurso dentro do sistema, sem levar em consideração parâmetros que não fossem, digamos assim, momentâneos, por exemplo, para corrigir distorções históricas de assimetrias. E, de repente, olha-se para o sistema e encontra-se, dentro do sistema, um curso que têm um certo nível “x”, e outro curso também com nível “x”, mas com diferença de bolsa extremamente grande. Pode haver dois cursos, Prof. Roberto, às vezes dentro da mesma instituição, da mesma área, com a mesma nota, e eles serem contemplados com recursos e bolsas de forma diferenciada, o que significa que há um desequilíbrio dentro do sistema.

Podemos pensar: *“É muito grande esse desequilíbrio?”* Não é! Não é gigantesco, mas existe um desequilíbrio. Para serem adotadas políticas e estratégias que introduzirão novos recursos, para que o sistema possa, digamos assim, responder a questões como aquela que a Dra. Adriana colocava aqui, de necessidades nacionais, etc., primeiro tem que se corrigir o sistema. Não se pode partir para novos investimentos dentro de temáticas prioritárias, dentro de temáticas de políticas, sem primeiro corrigir o sistema. A Profa. Tereza sabe disso, ela participa de um grupo de trabalho na CAPES em que estamos discutindo esse assunto.

Sobre financiamento, podemos dizer o seguinte: se nós colocássemos mais... Não estou dizendo que não devemos colocar mais dinheiro, ainda estamos lutando



por orçamento aqui dentro, viu? Estamos lutando por orçamento! Vocês estão acompanhando. Nós queremos o seguinte: o mínimo que pretendemos é que o sistema continue com os mesmos recursos. E faremos o equilíbrio, reequilibraremos o sistema. Assim, poderemos pleitear mais recursos para fazer políticas objetivas com relação a estratégias e prioridades.

Meu tempo está acabando, não é, Prof. Roberto? (*Pausa.*)

Outra questão que a Profa. Adriana estava me lembrando aqui é a seguinte: em algum momento, a CAPES incentivou a fragmentação dos cursos para conseguir mais bolsas. O sistema estava muito bem abastecido de dinheiro. Aí, fragmentaram: um programa de engenharia civil, de estruturas, de repente se dividia em estruturas superiores e estruturas inferiores. Pegava-se a massa crítica e a dividia, para todo mundo ter mais bolsa. Isso foi um erro de estratégia, num momento em que havia muito recurso e em que se introduzia recurso sem uma estratégia de priorização, indo contra o que acontece internacionalmente. Hoje se tenta agregar, em vez de desagregar. A multidisciplinariedade está aí para isso.

Recentemente, nós tivemos um debate no CNPq, ainda sobre financiamento, acerca da questão do desequilíbrio e do reequilíbrio para pleitearmos mais recursos e aplicarmos de forma mais eficiente. Eu ouvi uma palestra do Secretário Leonel, muito boa por sinal, em que ele falou sobre a questão do decreto, do marco legal. Disse ele: *“Temos que fazer mais com menos agora”*. Esse mantra está começando a incomodar. Eu repliquei: *“Não, não temos que fazer mais com menos! Primeiro, com o que temos, devemos alcançar um equilíbrio e provar que estamos sendo eficientes para podermos solicitar mais recursos”*. Esse negócio de fazer mais com menos, às vezes, incomoda. Até podemos estar sendo ineficientes, mas, no caso da pós-graduação, não é tanto como em outras áreas do País — certamente não é.

Eu acho que a pesquisa em pós-graduação talvez seja um dos setores do Brasil que opera de forma mais eficiente. Não tenho a menor dúvida disso. E mais: trata-se do sistema mais vigiado, porque é vigiado por milhares de pesquisadores, professores, estudantes que estão por este País. A Controladoria-Geral da União — CGU não deveria não ter muito trabalho, porque nós temos vigias em cada instituição, olhando como o recurso é aplicado. Eu não estou dizendo que a CGU



não deva fazer este papel; ela deve, sim. Inclusive, auxiliou-nos bastante, recentemente, na discussão do portal.

Sobre o financiamento, nós devemos buscá-lo. No entanto, antes, Prof. Roberto, devemos fazer uma autocrítica do sistema. Eu não estou dizendo que ele é ineficiente, mas que ele precisa ser reequilibrado, para, a partir daí, fazermos novas propostas, novos encaminhamentos, a fim de respondermos, como dizia a Profa. Adriana, à sociedade. Assim, ela terá consciência de que a pós-graduação e o Sistema de Ensino Público Federal e Estadual são importantes para dar sustentação a esse sistema.

Era só isso.

Agradeço a atenção.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Muito obrigado, professor, pela explanação excelente.

Prof. Geraldo, depois nós vamos fazer um debate aqui, abrir a fala para os membros da Comissão. Obviamente, com isso, iremos enriquecer o debate.

Agora, tem a palavra a Profa. Tereza Muniz, para que possa fazer a explanação. A seguir, falará o nosso Prof. José Henrique Paim.

A SRA. MARIA TEREZA CARTAXO MUNIZ - Boa tarde a todos.

Da mesma forma que o Prof. Geraldo, eu fui pega de surpresa. Estou aqui nesta semana na CAPES trabalhando nos colégios. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação — FOPROF tem representação, tanto nos colégios como no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior — CTC e no CNPq. Então, trata-se de um fórum que tem atuação muito importante.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores não é recente. Mas, neste momento, eu estou representando aqui, como Secretária-Executiva, o Prof. Joviles Trevisol, que é o nosso Presidente.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores tem apenas 32 anos de existência. Começamos muito pequenos. Eu não vivi nesse tempo, não é, Prof. Geraldo? Ele me disse que eu era muito jovem (*risos*), mas já tenho muito tempo de universidade. Sou da Universidade Estadual de Pernambuco. Nós temos 11 *campi*. A nossa universidade é grande.



O Fórum Nacional tem 32 anos de existência e hoje em dia congrega aproximadamente 248 filiadas — sempre há mais uma que está se credenciando

Trata-se de um Fórum forte, que tem crescido muito, e o nosso papel principal é apoiar, acompanhar a pós-graduação, a pesquisa e a inovação, além de sugerir novas políticas junto aos órgãos de fomento. Então, nós temos participado de vários debates em várias instituições.

O Diretório Nacional, que é composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pela Secretaria-Executiva, pela Secretaria de Comunicação e pela Secretaria de Finanças, participou de várias reuniões. Nós nos reunimos mensalmente para discutir problemas relacionados à pós-graduação. Então, trata-se de uma atividade regular.

Dentro desse sistema do Fórum Nacional de Pró-Reitores, nós congregamos as universidades federais, estaduais, comunitárias, municipais e particulares.

Então, nós temos a presença forte das universidades federais e estaduais principalmente, mas as comunitárias estão cada vez crescendo e se agregando mais ao Fórum. Eu tenho visto recentemente um maior número de instituições, tanto comunitárias, como particulares, crescendo em seus programas de pós-graduação.

Eu quero falar o lado bom da história também, porque eu acho que nós temos que mostrar o que existe de bom em relação às comunitárias e às particulares.

Existem instituições particulares, como a Universidade de Tiradentes — UNIT, que eu visitei recentemente, quando houve o Fórum do Nordeste, que têm cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu*, todos notas cinco e seis. Então, há uma busca muito grande pela qualidade. Isso também é importante. Esse sistema é forte e está cada vez mais se fortalecendo.

Em relação ao Fórum, basicamente era isso o que eu queria colocar: o que nós viemos discutindo ao longo desses anos e como o Fórum tem participado.

Uma das grandes discussões é o investimento nos programas de pós-graduação.

O período de 2014 a 2015 foi crítico. Nesta época, eu era Coordenadora-Geral de Pós-Graduação. Vivi o momento das vacas gordas (*riso*) e o do sofrimento. Então, eu era Coordenadora-Geral de Pós-Graduação e, em 2015, assumi a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade de Pernambuco



— UPE. Imaginem a gama de atividades que eu tenho para desenvolver, com três coordenadores nessas perspectivas áreas.

Os desgastes têm sido grandes. A nossa grande preocupação é que nós não temos ainda a medida dos impactos dos resultados disso. Nós não temos! Uma pesquisa, quando para, em qualquer área, principalmente naquelas que desenvolvem métodos laboratoriais com plantas, animais, células, se você perde aquilo, se você não dá continuidade aquilo, depois, para recuperar, são necessários anos e anos.

Essa é uma das minhas grandes preocupações — eu digo minha, mas é do Fórum. Essa foi uma discussão constante, vital, esteve viva, está viva até o momento, porque nós estamos ainda numa situação muito difícil e com muitas indefinições políticas no País.

Eu entendo que essa situação impacta também na qualidade. Eu não vou dizer que em tudo, mas a qualidade cai, porque também, muitas vezes, a motivação das pessoas também diminui.

A minha assessora lá da Pró-Reitoria sempre me diz: *“Professora, isto aqui é um consultório psicológico, né?”* Eu digo que é, porque os docentes chegam lá, às vezes, completamente desmotivados e me perguntam: *“Teresa, você sabe se isso vai melhorar, porque, desde 2015, quando abriu o doutorado, só há quatro bolsas da CAPES?”* Vou aperrear o Geraldo aqui. (Risos) Mas está justificado pelo que ele explicou.

É lógico que há as Fundações de Apoio à Pesquisa — FAP dos Estados, com seus editais, mas nem todos os Estados têm FAP com boa condição financeira. Existem FAPs falidas. Não é verdade, Prof. Geraldo? A minha, de Pernambuco, graças a Deus, está muito boa. O professor de lá é fera.

Mas é muito séria essa situação. Como é que se mantém um doutorado, se o cara tem que estar lá, mergulhado no laboratório, muitas vezes, fazendo um sanduíche fora do País? Como é que ele vai desenvolver esse trabalho, se ele tiver que trabalhar fora? Como? É a pergunta que fica aqui para trabalharmos em relação a essas questões.

Isso impacta também na qualidade das pesquisas e dos produtos. Com relação à questão dos produtos, Profa. Adriana, eu concordo bem com o que você



falou: somos o 13º em número. Mas qual o impacto disso? Não é verdade que essa é uma grande questão? E você colocou muito bem: qual o impacto disso?

Com relação à inovação, quero dizer que inovação não é fazer uma coisa nova, diferente. *“Ah, eu fiz aqui no meu laboratório.”* Não, gente! Inovação é fora dos portões. Ela só funciona quando está lá fora, com uma empresa, com uma prefeitura, fazendo aquilo lá fora. Aí é inovação. Transferir aquele produto. Então, é dentro dessa linha que nós temos que discutir.

E aí eu quero chamar a atenção para o fato de que a pesquisa que está dentro da pós-graduação é a alma das pesquisas. Ela está lá na pós-graduação. Não quero dizer que não acontece fora também, mas fortemente elas estão dentro da pós-graduação.

Então, eu quero dizer a vocês que nenhum país se desenvolve se não priorizar a produção de conhecimento científico. Isso não vai acontecer. Isso é ilusão!

Eu quero usar uma palavra mais leve: falta de conhecimento, para não dizer outra palavra. Não é verdade? Eu acho que é isso. É falta de qualquer conhecimento mínimo. Sem educação o País não se desenvolve, não produz riqueza. É por aí. E nós precisamos de riqueza para sobreviver como País.

Será que queremos voltar ao País que éramos lá atrás, quando nem sabíamos o que era pós-graduação? *“O que é isso? Você vai fazer o quê?”* Eu entrei na minha universidade em 1989 e comecei a fazer pesquisa na graduação. Quando eu pedi para ficar meio período lá na Fundação Oswaldo Cruz, eu trabalhava com filariose, a Chefe do Departamento disse: *“Para que você vai fazer isso lá?”*. Eu respondi que queria continuar minhas pesquisas, já que estava fazendo mestrado. E ela me disse: *“Para que isso? Você tem que dar aula. Para que isso?”*

Então, muito jovem, eu já tinha essa veia.

Agora, quero entrar num último tópico — daqui a pouco, vocês cortam a minha fala —, que é o seguinte: o Prof. Geraldo falou de uma coisa importantíssima. O sistema de financiamento entrou em desequilíbrio mesmo. Houve um desequilíbrio antes mesmo da crise, mas nós não sentíamos.

Só que nós da Comissão temos trabalhado para haver critérios de distribuição de bolsas, de recursos. Trabalhamos fortemente no PROAP — Programa de Apoio à



Pós-Graduação; agora estamos trabalhando a questão das bolsas, em novos instrumentos de repasse, o que não é fácil, não é professor? Mas eu estou o encorajando muito. E estou trabalhando. Eu estava lá esperando e trabalhando na proposta.

Gente, nós da pós-graduação, com essa cara que temos de cientista maluco, queremos produzir — a maioria. Pode até existir um ou outro que não quer, mas a maioria dos pesquisadores, exatamente como a Profa. Adriana colocou, quer produzir, quer dinheiro para o laboratório... Eu quero comprar meu *kit* de transcrição reversa. Eu quero fazer isso! Eu trabalho com gente, com pacientes com câncer. Então, poxa vida, eu quero produzir, tenho um objetivo.

Então, precisamos de instrumentos que facilitem, que deem eficiência e que as universidades possam escolher o que for mais conveniente para cada uma. Mas os (*ininteligível*) não pensam assim, não é professor? Nós temos que batalhar por isso. O Marco Legal está aí, com algumas possibilidades, embora nem todas. Este é um fato importante.

Outro aspecto que na CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior já está se discutindo bastante e sobre o qual deverá sair uma portaria conjunta — ou já saiu, não sei — é a avaliação de programas em conjunto com investimento. Isso tem que estar bem alinhado. O FOPROP — Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa está dentro dessa discussão.

Porém, não podemos aceitar que o sistema continue com os mesmos recursos. Nós temos que encontrar saídas, propostas, políticas. Tem que estar bem estabelecido se é por meio de emendas, se é por meio de projetos de lei, não sei, mas isso é fundamental.

Além disso, eu quero me arvorar a dizer algo. Eu creio que o grande problema do nosso País e que gera ou que gerou essas distorções no sistema — não a falta de dinheiro, mas essas distorções nesse sistema de pós-graduação — é a inexistência de planejamento estratégico com políticas bem definidas.

Planejamento estratégico com políticas definidas, gente! Quando se trabalha uma política, não se escreve para ficar bonitinho o texto de uma página, não. A política tem que ter um plano e tem que ter indicadores para ser avaliada. E é isso que muitas vezes não temos, ou temos e fingimos que não vemos, não é verdade?



O Brasil infelizmente peca — não vou dizer em tudo, porque estarei exagerando —, muitas vezes, nessa área, na qual estamos discutindo aqui.

Então, esta é a minha fala. Eu estou aqui disponível para discutir. Gostaria muito de continuar trabalhando com vocês. Acho que este é um momento importantíssimo e é independente do futuro político deste País, gente. Isso é o que eu quero dizer para vocês. Independentemente de quem venha a se sentar naquela cadeira lá em cima, é nisso que temos que pensar agora.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Muito obrigado pelas explicações, professora Tereza.

Agora vamos ouvir o Prof. José Henrique Paim, que, obviamente, pelo tempo de trabalho que desenvolveu no Fundo Nacional de Educação, na Secretaria-Executiva do MEC e, depois, como Ministro, tem muito a nos dizer.

E vou fazer uma provocação: gostaria que o Prof. José Henrique Paim tecesse alguns comentários também sobre algumas questões importantes, inclusive sobre a extensão e sobre a graduação, bem como sobre a sustentabilidade, para também termos uma noção do todo que foi falado aqui.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Muito obrigado pelo convite.

O meu nome é José Henrique Paim e sou atualmente professor da Fundação Getúlio Vargas, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.

Gostaria de agradecer o convite desta Comissão, criada pelo Presidente da Câmara, que acredito ser muito oportuna, em razão de exatamente estarmos discutindo agora, porque no próximo ano é o início de um novo Governo. Essas contribuições eu tenho certeza de que serão fundamentais para que a gente possa pensar, como disse aqui a Profa. Tereza Cartaxo. Isso é muito importante para a gente ter uma estratégia nacional para o ensino superior, para a pós-graduação no Brasil e para a pesquisa e o desenvolvimento.

Por óbvio, estar presente aqui ao lado de pessoas que eu conheço, como Geraldo Nunes, com quem trabalhamos muitos anos, outros professores que estão aqui presentes e o próprio Presidente da Comissão, que foi Reitor da Universidade Federal Fluminense e fez um excelente trabalho lá, é uma grande satisfação.



Eu queria começar dizendo rapidamente que essa questão do dilema entre gestão e financiamento eu acho que é um dilema que, na verdade, perpassa a questão da gestão educacional. De fato, isso está muito vinculado à questão da gestão pública como um todo. Enquanto discutimos avaliações de políticas públicas para qualquer área governamental, esta pergunta sempre estará presente: o que temos que resolver? É a questão da gestão ou do financiamento?

Como o nosso País passa por vários ciclos — em que muitas vezes há uma abundância de recursos e depois um ajuste fiscal severo; uma situação de déficit fiscal, de crise fiscal, como a que estamos vivendo agora —, essa pergunta sempre vem à tona.

O fato é que, na realidade, se avaliarmos, eu diria que as duas questões são importantes. Há um subfinanciamento da educação no Brasil. Tanto na educação básica quanto na educação superior, se analisarmos algumas áreas, veremos que há. Não por acaso nós vimos passando por algumas situações como a que ocorreu recentemente com a CAPES, quanto a essa discussão toda de orçamento e pagamento das bolsas.

Lembro que, quando fui fazer o meu mestrado em Economia na UFRGS, em 1995, estava-se discutindo a questão do atraso no pagamento das bolsas. Vez por outra volta-se a essa discussão, como estamos fazendo agora, sobre a possibilidade de não haver recursos suficientes para pagar as bolsas de pós-graduação.

Então, eu diria que essa situação de desajuste fiscal é cíclica e pendular. O problema é que toda vez que passamos por essas situações, o comportamento do gestor público e da administração pública, em geral, é fazer cortes lineares, e não discutir uma questão mais abrangente, como a estrutura da gestão pública e governança. Acho que é importante fazer essa discussão.

Por isso eu sempre sou avesso a esse dilema entre financiamento e gestão. É muito fácil dizer que não faltam recursos; o que falta é gestão. Mas muitas vezes, para melhorar a gestão, precisa-se também de recursos. É preciso estimular, induzir. Há uma série de elementos envolvidos nessa questão. Portanto, eu não partiria desse princípio.

Acho que a questão toda está relacionada, primeiro, às universidades públicas, que têm um papel fundamental. Na verdade, como disse o Prof. Geraldo, a



referência toda de qualidade está associada às universidades públicas. Elas têm um papel muito importante, porque respondem não só pela qualificação do docente, mas também pela pesquisa do País. Então, o papel delas é fundamental dentro do sistema.

E aí há uma inversão: se eu olhar o censo da educação superior do ponto de vista da graduação, verei que há uma representação muito grande do setor privado, mas quando olho para a pós-graduação e pesquisa, vejo justamente o inverso: as universidades públicas é que sustentam o País na questão da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica.

Portanto, nós precisamos ter uma visão da universidade pública e de fato ter um projeto estratégico.

Eu diria que a universidade pública, quando provocada, responde. Nós temos uma demonstração disso. Eu fiquei no Ministério da Educação durante 11 anos — fui Ministro durante 1 ano, algo que considero uma circunstância, e atuei como Secretário por quase 8 anos — e pude observar isso.

Cito como exemplo o que ocorreu a partir da criação do REUNI. Infelizmente não se chegou a fazer uma avaliação do REUNI, mas podemos verificar os dados do censo, em termos do número de vagas. Quando começamos a discutir o REUNI, eu lembro, nós falávamos que o número de vagas a serem geradas por ano nas federais era de 120 mil. Hoje, de acordo com o último censo, de 2017, ou seja, 11 anos depois, chegou a 380 mil o número de vagas nas universidades. Então, nós quadruplicamos esse número num período de 11 anos. Isso é muito significativo, é expressivo! E imaginar que isso não tem impactos sobre o orçamento das universidades é não entender como funciona a administração pública.

E mais: eu acho que esse processo de expansão que ocorreu está muito bem representado pelo número de vagas. Quando eu digo “vagas”, refiro-me a vagas novas, tirando as vagas remanescentes.

Nós fizemos também uma coisa que acho fundamental, que é a democratização do acesso, representada tanto pela política do Sistema de Seleção Unificada quanto pela política de cotas. Além disso, fizemos um processo de interiorização das universidades federais.



Isso é muito importante, é fundamental. É óbvio que, para fazer isso, tivemos que aumentar muito o investimento, ampliar o investimento nas universidades federais. Mas também é importante dizer que, se analisarmos os dados da OCDE fornecidos pelo INEP, vamos perceber o seguinte: houve aumento no investimento no ensino superior e nas universidades públicas. Esse esforço todo ocorreu em detrimento da educação básica? Não. Um dado importante que está no relatório da OCDE demonstra o seguinte: no Brasil, em 2001, a relação entre o custo da educação básica e o custo da educação superior por aluno era de 11 vezes. Quando eu vejo os dados de 2014 — eu não tenho os últimos dados, de 2015, mas sei que estão próximos —, percebo que essa relação reduziu de 11 para 3,7 vezes, ou seja, nós aumentamos os recursos na educação básica e mantivemos a educação superior no mesmo patamar da educação básica, ou seja, em torno de 1% do PIB — não aumentamos mais do que isso. Então, esse esforço todo não ocorreu em detrimento de outro setor, como a educação básica, que é tão importante.

Eu diria que o custeio que as universidades receberam nesse período foi vinculado a um processo de expansão. Houve uma definição de metas por parte do Ministério da Educação para que houvesse essa devolução, essa devolutiva em termos de aumento de custeio. Mas é importante dizer também que a situação das universidades no ano de 2004, quando eu estava ainda no FNDE, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, era uma situação muito grave, que beirava o colapso, especialmente vinculada ao pagamento de fornecedores, ao pagamento de contas de água e energia e a uma série de pendências que nós tínhamos naquele momento.

Então, houve um processo de recuperação das universidades e do custeio, que eu acredito que nós vamos, daqui a pouco, começar a vivenciar, se já não estamos vivenciando.

Acredito que algumas medidas tomadas foram muito importantes, e eu vou resgatá-las aqui rapidamente.

A primeira envolveu a Lei Orçamentária, na medida em que uma mudança nessa lei fez com que as universidades pudessem aproveitar o saldo não empenhado nos anos anteriores e empenhá-lo no ano seguinte. Isso representou um conforto muito grande para os reitores, do ponto de vista da gestão, porque



vários reitores, ao final do ano, tinham que repassar recursos para fundações de apoio, para execução no ano seguinte. Isso gerou um conjunto de apontamentos no Tribunal de Contas da União. Essa foi uma questão que se resolveu.

Entretanto, essa solução não veio como uma solução relacionada à questão dos limites orçamentários, aos limites de empenho, porque tinham que fazer o aproveitamento do saldo com o mesmo limite de empenho que o Ministério da Educação tinha naquele ano no ano seguinte. Então, isso foi gerando, obviamente, um passivo. Na medida do possível, isso foi se corrigindo, e só pôde ser corrigido com o aumento do orçamento.

Outro aspecto que eu acho que está em discussão inclusive agora, mas é fundamental, é a questão da geração de receitas próprias. Diz-se muito que em outros países as universidades, públicas ou privadas, geram receita, buscam receita própria. Só que não temos uma forma de internalização dessas receitas no Brasil que garanta que a universidade vai ter o limite de empenho garantido para a receita que ela gerar. Isso é um aspecto que tem que ser resolvido. Se quisermos a modernização das universidades, se quisermos a aproximação da universidade com o setor produtivo, para que ela possa produzir pesquisa científica e tecnológica — não consigo pensar em pesquisa científica separada de pesquisa tecnológica —, é fundamental resolvermos, por exemplo, essa questão de receita própria. Como é que eu resolvo essa questão de receita própria e garanto esse limite de empenho? Acho que esse é um ponto central.

A questão da contratação de pessoal foi um avanço importante. Por meio de um acordo com o Ministério do Planejamento, garantimos a substituição, porque, para vocês terem uma ideia, antigamente, se um professor falecia ou havia uma mudança, um remanejamento, tudo tinha que passar pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Planejamento, para que fosse autorizado concurso. Isso é algo que está automatizado no sistema e foi muito importante, foi um ganho fundamental.

Outro aspecto: a separação da gestão dos hospitais universitários da gestão das universidades. Nós tínhamos um problema sério, que gerava uma série de questões. Muitas vezes o próprio reitor pagava um preço muito alto, porque recorria à função de apoio, e vinham os apontamentos. E eu lembro muito bem que levamos alguns anos, junto com o Ministério da Saúde e o próprio Governo, para achar uma



solução, que foi a EBSEH. Em alguma medida, ela separou essa questão. Em nenhum lugar do mundo a universidade pode ser responsável pela gestão do hospital. Pela questão acadêmica do hospital universitário, é óbvio que a universidade tem que ser responsável, mas pela questão administrativa do dia a dia, esse é um ponto que precisa, de fato, de uma especialização, de um tipo de natureza jurídica específica que permita maior eficiência na gestão dos hospitais.

Não podemos deixar o Reitor responsável por algo que, muitas vezes, ele não consegue gerir. Em geral, a parte mais importante, que é a formação em serviços e a preocupação da universidade com a questão acadêmica na área da saúde, ficava em segundo plano, em razão da necessidade de o Diretor do hospital estar frequentemente recorrendo ao Reitor para tentar salvar o final do ano do hospital universitário.

Além disso, há a regularização das contratações, não só em hospitais universitários, porque muitas contratações de serviços terceirizados eram precárias, como também nas universidades, pois eram feitas via fundações de apoio. E o pessoal não entende que regularizar essas contratações, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas da União, gerou um aumento de custeio, porque ao regularizar, paga-se mais. Quando há a regularização, paga-se para a empresa que vai prestar serviço para a universidade um custo maior, porque aí o pagamento inclui todos os encargos sociais previstos, o que antes não acontecia. Então, isso acabou gerando também um aumento de custeio.

Mas nós conseguimos — e eu acho que há um exemplo interessante nessa direção que o Prof. Roberto Salles acompanhou — avançar na questão dos contratos de compras, através desse mecanismo de compras compartilhadas via hospitais universitários.

Outro aspecto que eu gostaria de destacar, antes de entrar na questão dos desafios, é o fortalecimento da CAPES. Eu acho que a CAPES deu um salto importante nesses últimos anos, não só em termos de financiamento, mas também de governança. É uma instituição que cresceu muito, que aprimorou vários mecanismos internos. Por exemplo, o portal da CAPES, que o Prof. Geraldo mencionou aqui, hoje tem outro tamanho, dimensão e importância, de modo que qualquer governo que venha a assumir a administração dificilmente vai reduzir o



tamanho do portal da CAPES. Fica muito difícil fazer isso, porque hoje as instituições de ensino superior — e hoje eu estou do outro lado — necessitam desse suporte da CAPES para o desenvolvimento da pesquisa científica. Então é fundamental essa manutenção do portal da CAPES.

Avançamos muito. Nas universidades, mais uma vez eu não quero ficar nessa falsa dicotomia entre financiamento e gestão, mas eu diria que temos desafios importantes de governança. Acredito que temos que construir um sistema de financiamento para as federais que permita a indução à boa gestão, e essa indução à boa gestão tem que vir seguida de uma questão importante. Nós fizemos uma tentativa, à época, com o FORPLAD — Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior — e com vários fóruns, exatamente de ter um sistema de custos em que se possa avaliar e comparar, em que se possa criar uma parametrização e, de algum modo, dependendo do porte e do perfil da instituição, verificar como essas instituições se comportam.

Nós temos grandes universidades no Brasil. Cito o exemplo da UFMG, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e não é porque sou do Rio Grande do Sul, mas é uma universidade interessante. Apesar de essas universidades terem grande produção científica, com desenvolvimento tecnológico, elas conseguem ter gestão e governança mais estável e não passam por crises tão profundas com as que vemos em outras universidades que têm uma situação diferente. Então, precisamos fazer uma comparação para saber o que acontece nessas universidades e o que acontece em outras universidades do mesmo porte que não conseguem ter estabilidade em relação à gestão e muitas vezes acabam demonstrando fragilidades que afetam o sistema como um todo.

Quando há uma matéria veiculada na televisão ou nos jornais mostrando a ineficiência de determinada instituição, não posso generalizar essa ineficiência que ocorre em uma instituição. Na verdade, é preciso verificar o que há de bom nas outras também. São instituições que funcionam e dão conta do recado; obviamente, passam por dificuldades, mas conseguem ter certa estabilidade na gestão. Então, o que acontece nessas universidades que não acontece nas outras?



É possível partir para outros perfis, como universidades emergentes, universidades que estão no Norte e no Nordeste do País, criar uma parametrização para que possamos ter uma avaliação e uma comparação e buscar alternativas dentro de um critério do que é razoável na gestão e do que é inapropriado na gestão. A partir desses marcos, é possível começar a construir uma melhor gestão nas universidades. Acredito que é importante, sim, darmos essa resposta.

Outra questão que eu vejo diz respeito a essa mudança de fotografia que tivemos nesses últimos anos, não só pela expansão e interiorização, mas também, especialmente, pela Lei de Cotas nas universidades. Mudamos a fotografia. Tínhamos uma universidade que era X, e houve uma inversão. Na verdade, quem era oriundo do sistema privado na educação básica ia para as universidades públicas. Hoje temos outra realidade, nós mudamos isso. Inclusive, nos cursos de alta demanda já começa a aparecer essa nova realidade. E qual é o desafio que temos? O nosso desafio é o da permanência. Não podemos nos preocupar só com o acesso, precisamos nos preocupar também com a questão da permanência.

Por isso, na questão do PNAES, é preciso observar não só a permanência desse programa e a ampliação dele, mas também a forma como o programa é gerido e como fazer com que ele tenha maior efetividade diante desse novo desafio das universidades de manter esse pessoal de renda mais baixa, que são pessoas negras, indígenas, nas universidades. Como manter essas pessoas dentro da universidade, acolhê-las e fazer com que elas concluam o curso?

Nós vemos que em termos de qualidade de resultado, não há muita diferença. Com exceção de algumas áreas das exatas, em que vimos uma pequena diferença, na maioria das áreas a diferença é mínima, ou, muitas vezes, esses cotistas têm um desempenho até superior.

Então nós precisamos, na verdade, construir um modelo de assistência estudantil que dê condições de maior permanência desses estudantes dentro das universidades.

Outro aspecto que eu considero fundamental — falo aqui sem ter muito conhecimento da atualidade — é que eu imagino que tenhamos um rescaldo grande ainda do REUNI, obras que se iniciaram que estão num ritmo mais baixo, não só com recursos do Ministério da Educação, mas muito recurso que foi do Ministério da



Ciência e Tecnologia, seja através da FINEP, seja através do CNPq, e não podemos conviver com uma situação de obras paralisadas, de obras que estão com problema de gestão. Eu acho que é muito necessário que esta Comissão pense numa saída para essa questão do investimento. Como é que se retoma esse investimento, dando prioridade para esses projetos que estão paralisados ou que estão suspensos? Eu acho que isso é um ponto muito importante também.

Eu diria que também na pós-graduação foi feito um esforço grande em relação às desigualdades regionais, mas nós ainda temos uma concentração muito forte. E eu me lembro muito bem — não vou citar aqui o nome da universidade — de que, quando eu tive a honra de ser Ministro da Educação, eu fui visitar uma universidade no Norte do País e tive uma grande surpresa. A universidade tinha 40 anos e estava criando pela primeira vez um curso de doutorado.

Então nós temos um problema muito sério ainda, que está associado à questão de qualificação docente, ainda num momento de expansão da pós-graduação. Imagine-se em relação à pesquisa científica e tecnológica. Precisamos resolver essa questão da concentração da pós-graduação e da pesquisa científica no Sul e Sudeste do País.

Então precisamos pensar num programa de expansão da pós-graduação e da pesquisa que tenha esse viés relacionado à questão regional. Eu acho muito importante, Reitor, que pensemos nessa linha.

Nós temos um desafio grande também — e isso é um ponto que se discutia há muitos e muitos anos —, que é essa dificuldade que foi mencionada aqui pela Profa. Adriana do descasamento entre a universidade e o mundo produtivo. Como é que conseguimos resolver esse problema no Brasil?

Eu diria que esse é um dos desafios mais importantes. Eu acho que dificilmente nós vamos resolver isso somente com a questão do financiamento. Nós temos que pensar além e pensar também numa estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.

Como eu já disse aqui, eu não consigo desassociar a questão da pesquisa científica da pesquisa tecnológica. Na verdade, sabemos que elas estão relacionadas — nem devemos desassociar —, e é muito importante que deixemos claro o seguinte: eu penso sempre que o casamento envolve duas partes. É claro



que é preciso uma estratégia nacional, mas muitas vezes eu vejo a crítica em cima da universidade pública como ela sendo a responsável por não conseguir levar a pesquisa científica para o nível de desenvolvimento tecnológico e de inovação. E, na realidade, isso não é um compromisso só da universidade; é um compromisso que envolve o planejamento estratégico nacional e também as empresas.

Se nós formos ver, por exemplo, o que aconteceu nos Estados Unidos, no início do século XX, obviamente houve preocupação do Governo de aproximar a universidade do setor produtivo, fazendo uma mudança profunda não só nas universidades, mas também no setor produtivo, envolvendo processos e uma série de questões.

Eu acho que, se se pensar numa política de desenvolvimento científico e tecnológico para o Brasil, tem que se pensar também a partir da empresa.

Nós temos um exemplo, nesse aspecto, que é o da EMBRAPA, uma instituição nova que já está demonstrando sucesso em vários aspectos. Se conseguirmos colocar isso numa escala, acho que nós vamos ter a chance de obter maior sucesso em relação a essa questão.

Eu queria também fazer mais uma provocação que acho importante. É o compromisso que a universidade deve ter com a formação de professores. Não há casamento entre o mundo produtivo e a universidade, mas é preciso um casamento entre a educação básica e as nossas universidades. Precisamos fazer com que a universidade também esteja voltada para a educação básica e aproximá-las. Há uma grande oportunidade pela frente, com a Base Nacional Comum Curricular. Então, nós temos a oportunidade de fazer essa discussão.

O próprio Plano Nacional de Educação prevê a mudança dos currículos de licenciatura, dos currículos dos cursos de Pedagogia. Eu acho que temos que fazer esse debate tanto a partir da educação básica quanto também a partir das universidades. As universidades têm que refletir em torno disso.

Há ainda a questão que foi colocada aqui pelo Sr. Roberto Salles da extensão, que eu acho importante também. Eu não sei em que pé estão hoje esses programas de extensão, mas acho que é um ponto que o relatório tem que prever.

Temos que pensar para o futuro justamente em um projeto estratégico de País. Estou falando aqui da educação como um todo, não só da educação superior.



Não podemos ter uma visão de educação em que mais uma vez se crie uma falsa dicotomia entre a educação superior e a educação básica. Já passamos por essa discussão. Nós temos que ter uma visão sistêmica de educação. E, quando eu falo de visão sistêmica de educação — e estamos aqui discutindo educação superior —, temos que pensar a educação superior com a pós-graduação dentro, com a pesquisa científica e tecnológica dentro. Obviamente, nós temos que pensar nos desafios para obter financiamento.

Eu acredito que nós ainda vamos passar alguns anos por essa situação envolvendo a situação fiscal do País. Como é que nós vamos resolver isso? Como é que nós vamos resolver essa situação frente à própria Emenda Constitucional nº 95, do teto dos gastos? Como é que o País vai sair dessa situação? Como é que ele resolve isso? Ao mesmo tempo, é preciso mais financiamento, mas eu tenho que criar nas nossas universidades públicas fatores de indução para que consigamos alcançar, sim, mais eficiência, mais eficácia e mais efetividade no que a universidade faz. Para isso, precisamos, como disse aqui a Profa. Cartaxo — vou chamá-la de Cartaxo, porque acho que ela gosta —, de estratégia nacional.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Queria agradecer ao Prof. José Henrique Paim — aliás, agradecer a todos os expositores que apresentaram suas ideias de forma brilhante, apesar do pouco tempo.

Eu tenho uma série de dúvidas que gostaria de colocar em discussão, mas antes gostaria de passar a palavra para os membros da Comissão, para que possam fazer suas colocações num tempo curto, porque, na verdade, temos que aproveitar este momento e fazer as interrogações para os palestrantes convidados.

Então, eu gostaria de abrir a palavra, e cada um que falar, por favor, se identifique e faça a pergunta. Agora, repito: vamos tentar ser objetivos. A Comissão não está aqui para fazer discursos, mas para fazer as perguntas e debater brevemente. O.k.?

Então, começamos pelo José Luiz; depois, o Sérgio.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Com a minha alegre divergência no sentido de não conseguir entender o que chamam de objetivo, eu gostaria de dizer



que meu nome é José Luiz Horta. Sou professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e tenho a maior alegria em estar aqui.

Vou me permitir dirigir uma pergunta geral aos professores que aqui estão em nome do CNPq, da CAPES, do Fórum de Pró-Reitores.

Antes, gostaria de fazer um pequeno comentário e uma pergunta ao Ministro Paim, a quem eu gostaria de saudar. Ouvei, suponho, um eco da (*ininteligível*) em suas falas e, em assim sendo, gostaria de pedir-lhe que leve a minha mais calorosa saudação ao Ministro Tarso Genro, uma dessas almas gloriosas que o País realmente não consegue ouvir.

Ministro, tenho dois comentários muito rápidos, apenas para que V.Exa. reflita: eu estou de pleno acordo que a questão central hoje de permanência se dá em virtude dos maravilhosos acessos que foram feitos nos últimos anos, mas eu realmente tenho muita dificuldade em pensar na permanência quando eu vejo que nos tiraram os hospitais. Não só nos tiraram os hospitais, como tiraram dos nossos hospitais a possibilidade de receber os planos de saúde das nossas próprias universidades.

O mesmo Governo que nos deu o plano de saúde e que nos permitiu o acesso ao plano de saúde nos tirou a possibilidade de utilizarmos o nosso plano de saúde no nosso próprio hospital e também nos proibiu de dar acesso aos nossos estudantes ao nosso próprio plano de saúde.

Então, isto é algo surreal: o Governo nos dá um plano de saúde, mas ele não pode mais ser utilizado no nosso hospital. Os nossos estudantes que precisam de assistência à saúde não podem usar o nosso plano de saúde e menos ainda o nosso hospital. Nós queremos que eles tenham permanência e, portanto, acesso à universidade. Parece-me algo absolutamente contraditório.

É claro que eu sou absolutamente contrário à EBSERH, mas isso não tem a menor importância. Evidentemente, não está em debate a questão da EBSERH. Também não acho que vamos solucionar a questão dos hospitais sem retorná-los às universidades.

Mas eu queria fazer uma pergunta a V.Exa., Ministro, para reflexão. Eu queria saber se V.Exa. fez alguma pesquisa e pode nos trazer algum dado referente a algo que um dia foi importante neste País, mas que aparentemente não tem mais a



menor importância, um antigo brado que para mim continua vivo: verba pública para escola pública. Eu gostaria de saber se V.Exa. tem noção da proporção, nesses 11 anos, se subiu ou desceu o aporte de verbas públicas do Ministério da Educação sendo gastas nas escolas privadas, ou apenas nas escolas públicas. Essa é a indagação que dirijo a V.Exa., Ministro Paim, voltando a cumprimentá-lo.

Queridos professores Maria Tereza Cartaxo e Geraldo Nunes e queridíssima Profa. Adriana Tonini, nossa superior no CNPq, nossa colega de *alma mater*, nossa colega da Universidade Federal de Ouro Preto — também fui professor daquela instituição —, é uma honra muito grande tê-la ouvido, até porque, da primeira à última palavra, eu concordo integralmente com V.Sa., muito embora tenha me assustado um pouco com a...

Há uma coisa que eu preciso dizer antes. Eu venho de uma área difícilíssima. E não digo isso por causa dos últimos 2, 3, 10 ou 20 anos, mas por causa dos últimos 30 anos. Eu sou da área do Direito e sou DE. Sou um professor em dedicação exclusiva da área do Direito e estou há 30 anos na Faculdade de Direito. Até achei graça de a senhora dizer que está na universidade há 30 anos. Fui ver o seu Lattes e achei subversivos os seus 30 anos.

Eu entrei na universidade em 1989, para fazer bacharelado, e nunca mais saí. Fui bolsista do CNPq na graduação e no mestrado, depois fui bolsista da CAPES no pós-doutorado. Tenho o maior preito de gratidão às agências. Continuo defendendo-as, vou defendê-las sempre.

Defendo que nós façamos, como o senhor disse, uma autocrítica das nossas formas de vida dentro da universidade e da nossa conduta como pesquisadores. Não há dúvida. Mas eu estou de pleno acordo com quem disse que a pesquisa e a produção de conhecimento é que são o coração da universidade. A partir daí nós precisamos pensar o restante.

Também acho que nós deixamos algo a fazer do primeiro REUNI, ligado à graduação. E acho que precisamos aproveitar a oportunidade de um novo governo, seja ele qual for. E há a possibilidade de que o novo Governo seja de servidores públicos do Estado, rigorosamente, ou que tenha à frente, simplesmente, com todo o respeito aos que divergem de mim, o melhor Ministro de Estado da Educação da história do País.



Eu não estou afirmando que corro o risco de votar em um ou outro candidato, só estou afirmando que podem ser servidores que optaram por dedicar sua vida ao País — refiro-me a uma chapa especificamente militar — ou a uma chapa capitaneada por um Ministro de Estado de Educação — e não é um, mas “o” Ministro, talvez o melhor Ministro de Estado da Educação que nós tivemos, gostem ou não. E há outras chapas.

Parece-me que é muito forte a necessidade de termos algo consistente a apresentar à Presidência da Câmara, para que ela tenha protagonismo, como dissemos na primeira reunião, e, mais do que isso, tenha ideias para ajudar o Governo que virá, tenhamos ou não desequilíbrios de alguma natureza no País.

Uma das ideias que chegamos a debater foi a criação de uma segunda etapa ou um segundo tipo de REUNI, mais voltado para a pós-graduação. Por exemplo, na UFMG, nosso REUNI envolveu indiretamente a pós-graduação. Como outro REUNI poderia beneficiar a CAPES, o CNPq e as pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação em suas batalhas? O que nós poderíamos incluir num programa desse tamanho ou desse cariz, à luz da experiência e da capacidade de tirocínio de V.Exas.? É claro que, se o Ministro Paim, com a sua imensa capacidade de raciocínio, quiser agregar algo, será o maior prazer.

Será que devemos pensar na indução de novos programas em regiões diferentes? Ou na indução de programas em rede? Eu vi que V.Exa. é contrário à criação de novos programas. Mas será que um novo programa é tão ruim? Programas grandes demais são de difícil gestão — eu não uso muito o jargão neoliberal —, de difícil administração.

Sr. Presidente, só tenho a agradecer a V.Exa. a tolerância que demonstra para comigo todo o tempo.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Prof. José Luiz, está perdoado, até pela forma como o senhor discorreu da sua área.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É uma área hiperfalante.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Mas eu gostaria de dizer o seguinte: nós não estamos tratando de um tribunal.



O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - É claro que não. Eu não ponho os pés em um tribunal, a menos que seja processado.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu gostaria de passar a palavra aos membros da Mesa, para que tenham alguns comentários, começando pela esquerda, com o Prof. Geraldo.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO - Prof. José Luiz, obrigado pela sua provocação.

Eu quero dizer que tive o prazer e a satisfação de trabalhar com o Prof. Paim no Ministério, eu na CAPES. Era realmente um grande dirigente. Devo dizer que, de simples subordinado, eu me tornei um amigo do Prof. Paim, pela delicadeza com que ele conduz, embora com muita firmeza, os assuntos de Estado.

Bom, primeiro, vou me fixar na questão do REUNI. Ele introduziu alguns desequilíbrios no sistema, para a CAPES — e, Sr. Paim, eu acho que o senhor tem consciência disso. Ele introduziu no sistema um volume de bolsas que a CAPES depois teve que absorver. Não me refiro a uma questão orçamentária, financeira, eu me refiro à questão da introdução de elementos dentro do sistema cujo parâmetro central é a qualidade. Não estou dizendo que esse sistema não tinha qualidade. Não estou dizendo isso. Estou dizendo que foi introduzido um volume de bolsas dentro do sistema cuja parametrização não era mais a qualidade.

Eu devo dizer que, em algumas questões, isso até resolvia problemas de assimetrias regionais, no caso do Nordeste. Se você pensa na Região Nordeste como um todo ou na Região Norte, tudo bem, você pode dizer que estava reintroduzindo, digamos assim, algum equilíbrio, mas, quando você pensa nas instituições, você vê que provocou desequilíbrio.

Então, o primeiro ponto é este: se nós tivermos um segundo REUNI, certamente teremos que ter um planejamento, teremos que pensar em como fazer essa reintrodução dentro do sistema.

Quanto a ser contra novos programas, talvez eu tenha cometido um engano. Eu não sou contra novos programas — e queria deixar isso claro para o Prof. José Luiz Horta —, mesmo porque a CAPES não controla o sistema. O sistema tem autonomia. Ele se propõe à CAPES autonomamente. A CAPES não diz que curso a



instituição deve propor. Isso vem das instituições. A CAPES não tem como controlar o sistema.

Surgiram alguns boatos, Ricardo, de que a CAPES não estaria aprovando muitos APCN porque não tinha dinheiro. Jamais existiu isso. Não existe nenhuma vinculação entre aquilo que o sistema propõe, de pós-graduação, e o financiamento, absolutamente nenhuma. Isso é da autonomia das instituições. O reitor sabe disso. Quer dizer, não há nenhuma restrição.

Então, não é que eu seja contra novos programas. O que eu disse aqui é que o sistema está maduro, está consolidado, e que as instituições precisam ter a pós-graduação proposta a partir da base, e não de cima. No fundo, o que acontece? No sistema, da forma como está hoje, a pós-graduação que sai das instituições basicamente reflete aquilo que os documentos de área da CAPES propõem. É quase como ter um *menu*, digamos assim, e as instituições terem que se colocar nesse menu.

O que nós estamos propondo é que o sistema cresça, mas a partir daquilo que as instituições disserem que querem da pós-graduação, e que os cursos sejam avaliados a partir daí. Você não pode ser avaliado só por causa de uma métrica que está dentro de um documento de área. Quem está de certa forma conduzindo o sistema são as áreas do conhecimento. No nosso entender, o sistema já está de certa forma maduro, digamos assim, e as instituições estão ainda mais maduras, para que não fiquem olhando o que os documentos de área dizem, mas se manifestem assim: *“Eu quero uma pós-graduação que atenda às minhas circunstâncias institucionais, locais, regionais, nacionais e até internacionais”*.

O que nós estamos propondo é isto: que o sistema cresça de forma que não reflita mais apenas um ditame ou uma regra imposta pela CAPES.

Dito isso, eu quero deixar claro, Prof. José Luiz, que estou falando que o sistema deve crescer de outra forma, a partir de uma parametrização das próprias instituições.

Já que o senhor provocou — e novamente agradeço —, vou me referir à questão do financiamento. Existe uma lei universal, superior à lei da gravidade, que diz o seguinte: se a pessoa criou um curso de pós-graduação no Brasil, tem que ter um enxoval da CAPES.



A Profa. Tereza estava reclamando porque o doutorado dela só tem... Nós não tivemos mais a possibilidade de aumentar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO - Dos recentes. E aí vem o desequilíbrio. Dos programas recentes, só há esse enxoval. Nunca mais veio uma bolsa da CAPES.

Então, o que nós estamos dizendo é que isso não deveria ser uma lei universal. Eu acho que o sistema está maduro.

Vou dizer o que acontece lá na minha ex-universidade, a Universidade Federal de Campina Grande. Se o pessoal quiser criar um mestrado em gastronomia francesa, pode criar, mas não necessariamente a CAPES tem que apoiar um curso de mestrado em gastronomia francesa em Campina Grande. Se fosse regional, poderíamos pensar.

Eu acho que o sistema está maduro a ponto de dizer *“tudo bem, as instituições são livres para criar o curso que quiserem, sem problema nenhum, mas não necessariamente o Estado vai ter que ter uma lei universal que diz que o Estado tem que dizer que tem que dar bolsas”*. É disso que eu estou falando.

O sistema é maduro e precisa ter mais proposições relacionadas àquilo que, verdadeiramente, a sociedade está demandando.

Era isso, professor.

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Agradeço ao Prof. José Luiz pelo reconhecimento e pelo carinho comigo.

Eu vou me apresentar. Sou da Universidade Federal de Ouro Preto, sou formada em Engenharia e tenho mestrado em Modelos Matemáticos Computacionais, na área de exatas, e doutorado em Educação. Então, eu acho que consigo dialogar bem com os pesquisadores que transitam nessa área.

Tenho buscado fortalecer algumas coisas no CNPq, melhorar umas dinâmicas, porque acho que temos que deixar um pouco de nós por onde passamos — e outros que venham que façam mais — e também vou lançar algumas coisas.

Apesar de toda essa crise da qual todo mundo fala, tirei a letra “s”, surgiu a palavra “crie”, e fui criar. Bati às portas e consegui orçamento para lançar a Chamada Meninas, que não sei se vocês já viram que está aberta, para incentivar



as meninas para as Engenharias, a Matemática e a Computação, áreas carentes de mulheres no mundo, principalmente no Brasil. Apenas de 22% a 25% das mulheres cursam essas áreas duras, que não são duras como se planta na cabeça das meninas.

Eu construí uma chamada que perpassa desde o 6º ano, a antiga 5ª série. Por quê? Ali, sim, a menina começa a gostar da Matemática ou a desconstruí-la e a não gostar. Depende de como isso é induzido nas escolas.

Então, trabalhando com essas meninas do 6º ano, vamos tentar, ao final do ensino médio, conseguir melhorar esses dados gritantes no nosso País.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - V.Sa. me permite um aparte?

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - É claro!

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Isso quando, na nossa universidade, a figura polar nas áreas tecnológicas e de ciências naturais é Beatriz Alvarenga, já falecida, uma grande figura da Física e de tudo o mais.

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Da Física. Lembrou muito bem.

Outra chamada que está aberta é a de tecnologia social. Podemos desenvolver várias tecnologias para este País. Tecnologia social não é pensar num superequipamento caríssimo e importado. Uma tecnologia social perpassa, por exemplo, pela fabricação de sabão com gordura utilizada. É uma tecnologia simples, mas que traz geração de renda para famílias cadastradas, que vinculamos ao Cadastro Único — Bolsa Família, por exemplo.

Então, é isso o que temos que divulgar. O Brasil tem muito potencial, e com pouco podemos fazer muito. É claro que, numa dimensão de recursos, já fizeram chamadas de meninas no CNPq com outro viés, bem diferentes dessa, porque nessa trabalhamos a educação básica envolvendo todas as meninas — todas — da escola. O professor tem que mostrar que o projeto dele vai envolver todas, em todos os turnos.

Com pouco recurso, já houve chamada de 12 milhões. Mas eu não acho que esses dados vão ser muito alterados, pela forma como foi construída, porque não adianta ir a uma escola para dar uma palestra e dizer: “*Que tal vocês fazerem Engenharia? Que tal vocês, meninas,...*”. Não é assim. Temos que fazer ações na escola. Por exemplo, trabalhar com *kit* de robótica na escola e nas oficinas, trabalhar



com o fortalecimento da preparação para as Olimpíadas de Matemática, Física e Química, levar programação para as meninas desenvolverem na escola, aplicativos. O Google tem programas excelentes, que eu fui visitar, que poderiam ser usados nas escolas. Seria o caso de ensinar com aplicativos simples. Por exemplo, para localizar as amigas na escola. Então, isso é chamar as meninas para as áreas tecnológicas.

Vamos dialogar a tarde inteira sobre isso. Então, agora vou falar um pouquinho do REUNI, com relação ao CNPq.

Bem, como seria para o CNPq? O REUNI é importante, sim, mas nós precisamos de fomentos, tanto para bolsas quanto para projetos. Então, se aumentar a pós-graduação, tem que ser aumentado também o fomento, senão não conseguiremos absorver nem o número de pesquisadores nem os grupos de pesquisa.

O CNPq trabalha, diferente da CAPES, que é institucional, com o CPF. É o pesquisador que pede o recurso. Então, para aumentar isso, temos também que vir atrás desse aumento todo em relação ao financeiro.

E aí, sim, eu vou falar, como a professora falou, do planejamento estratégico. Porém, mais importante que o planejamento estratégico, professora, eu acho que é o planejamento econômico. Têm que estar casados. São os dois juntos: o planejamento estratégico e o econômico. O que é estratégico para o País? Que investimentos vamos fazer? Porque o dinheiro se perde, sem planejamento, e não existe, depois de alguns anos, uma avaliação que mostre o que isso trouxe de benefício para o Brasil.

Então, eu sou uma grande defensora desse movimento, que é o do planejamento estratégico com o econômico, de juntar as duas coisas.

E eu sou muito defensora da educação básica — e já contei aqui o caso da Chamada Meninas. O cientista passou pela educação básica, vai chegar à universidade, vai para a iniciação científica, vai inicializar o perfil de pesquisador, para virar um grande cientista e chegar a ser bolsista de PQ no CNPq. Ele começa a trajetória com a iniciação científica e termina como pesquisador sênior do CNPq.

Então, temos que pensar também em mais parcerias das universidades com a educação básica. Se não fortalecermos a educação básica, não vamos ter



potencial humano que dê conta do desenvolvimento do País, das demandas estratégicas do nosso País.

O Professor e Ministro Paim colocou a questão das cotas nas escolas públicas. Quero dizer, professor, que os cotistas que vão para as áreas duras, as áreas de Engenharia, Matemática e Computação, são das escolas públicas federais, dos CEFET e dos COLTEC da vida. São eles os potenciais. Eu sei porque a minha filha fez Engenharia na UFMG, pública, e eu perguntava muito a ela, quando conversávamos sobre isso: *“Mariana, e os seus colegas cotistas?”* Ela dizia: *“Mãe, são todos melhores que nós que viemos das melhores escolas privadas, porque são do CEFET e do COLTEC”*. Então, são cotistas com outro perfil.

Não estou discriminando áreas, mas, se eu pegasse cotistas da área de humanas, aí sim, seriam mais da educação básica das escolas públicas estaduais, e não do sistema federal.

Como podemos equilibrar? Permitindo a todos fazer qualquer curso, e não elitizar: *“Ah, esses cotistas vão para esses tais cursos, para essas tais áreas”*. Também temos que pensar assim na educação superior pública.

Eu falei que nós temos em torno de 15 mil PQ. Nós temos uma demanda muito grande de professores com bolsa PQ, que estão reprimidos com bolsas PQ2 e que têm produção científica compatível ou até maior que as de um bolsista PQ1A do CNPq. Mas não temos cota para mudar essa realidade. Infelizmente não temos.

Você é PQ também?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Nem eu. É difícilimo entrar no sistema. É muito difícil entrar no sistema. Entrar e progredir é outra dificuldade, por falta de recursos. Daí a minha preocupação, porque acabamos represando pesquisadores com alto potencial, o que acaba desestimulando-os.

Há uma diferença muito grande de um PQ2 para um PQ1. Falo da tal taxa de bancada, além da bolsa. O PQ2 não tem a taxa de bancada, que ele poderia usar livremente para ir a um congresso ou para divulgar sua pesquisa. Ele tem só para aplicar no seu laboratório. Então, é muita crueldade com o bolsista PQ2.

Eu abri currículos. Sempre tenho olhado e feito análises. Gente, eu digo assim: *“Meu Deus do céu, isso aqui é mais do que um PQ1A. Não tem um “a” a*



mais?”. E ele está no PQ2, porque não temos como dar cota. Mas para isso é preciso aumentar o investimento.

O valor da bolsa é outra questão que temos que repensar. Os valores já estão ficando defasados tanto para as bolsas de mestrado quanto para as de doutorado e pós-doutorado.

Estou colocando todas as demandas que perpassam pela educação superior. Cito ainda as bolsas para missão científica. Todos os tipos de bolsas têm que ter seu valor reavaliado.

Com relação ao que o Professor e Ministro falou sobre a questão público-privado, cito o dispêndio em P&D no País. Isso para quem conhece. Para quem não conhece, no Brasil, 61% dos dispêndios em P&D são recursos públicos; na Alemanha são 29%; nos Estados Unidos, 28%; na França, 35%; no Canadá, 35%; no Reino Unido, 28%. Agora vamos para a América Latina: na Colômbia, são 39% — ainda está melhor que nós, com 61%; imaginem o que é isso; no Chile, 44%. Então temos muito a caminhar, muito. É muito alto, não é?

Todas as vezes que faço apresentações sobre a ciência e tecnologia e apresento esse mapa, as pessoas ficam... Isso é importante para podermos repensar.

Temos o grande problema do FNDCT, que foi contingenciado. O CNPq se sustenta só com a Fonte 100 praticamente, ele não tem mais recursos. E orçamento do FNDCT não chega nem a 200 milhões. Isso prejudicou demais o CNPq nos seus investimentos. Não cortamos bolsas. Estamos mantendo as bolsas, mas nada há de novo. Novo lá só quando morre um PQ1: aí nós damos duas PQ2. Só. (*Riso.*) Agora, vir o recurso e falarmos “*vamos aumentar mil bolsas*”, isso não. Temos feito uma ginástica com esse recurso para mantermos a estrutura do CNPq e temos conseguido.

O teto tem-nos atingido no seguinte sentido: conseguimos captar recursos, mas não conseguimos trazê-los para dentro do CNPq. Às vezes até do próprio Ministério. Para conseguir recurso do MEC para o CNPq, não pode ultrapassar o teto. Quer dizer, o teto pode até ser bom, mas tem que ser flexibilizado em algumas situações. Acho que isso tudo tem que ser pensado. Devemos refletir sobre como mudar isso, para atender...



Recurso privado, então, é pior ainda. Eu estava negociando com o Google e até parei. Pensei: *“Não vou mais para a frente. Daqui a pouco eles decidem me dar 20 milhões, e eu vou colocar isso onde?”* Porque no teto não cabe.

Mas o Presidente do CNPq já abriu um chamamento para as fundações de apoio. Já estamos credenciando fundações de apoio — o credenciamento está aberto na nossa página — para receber recursos por essa via. Essa foi uma das gestões do Prof. Mário Neto à frente do CNPq.

Estamos fazendo também um chamamento para empresas — está aberto; o fluxo é constante —, para que elas invistam em P&D no CNPq.

Agora, é muito difícil mudar a cultura, é muito complicado. Eles nem entendem do que se trata. Às vezes, chegam lá e perguntam: *“O que o CNPq vai dar?”* *“Nós vamos dar o pesquisador. Nós temos uma carta fantástica de pesquisadores, de cientistas para vocês. Vocês dão o recurso para apoiar o projeto do pesquisador, e ele dá o produto a partir disso”*. Essas são questões que tentamos mudar, mas é difícil. Não é tão simples.

Inovação. Eu comungo com a professora de que inovação não é criar uma coisa nova. Esqueçam isso. Isso é coisa de gênio. O pessoal acha que todo mundo têm uma lâmpada igual à do gênio daquele desenho do Walt Disney. Inovação perpassa por transformação. Melhoria de processo é inovação. Então, inovações são coisas muito simples que podemos fazer.

Bom, cortaram meu tempo. Depois falo mais.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Depois a senhora fala mais. Muito obrigado.

Agora vamos mudar a dinâmica, se vocês concordarem. Vamos deixar que façam todas as perguntas, e depois reiniciamos com o nosso Ministro.

Por favor, anotem as perguntas.

Sérgio, por favor, apresente-se.

O SR. SÉRGIO JOSÉ XAVIER DE MENDONÇA - Meu nome é Sérgio Mendonça, sou da UFF e sou o Relator desta Comissão.

A primeira pergunta, para o Paim, é sobre a questão dos IF. Tenho curiosidade. Nós sabemos do crescimento do REUNI, mas os IF também, pelo que



temos ouvido, tiveram um crescimento espetacular. Só pelos números, não é? Quero comparar com o impacto que houve.

Sobre a gestão dos HU, na nossa instituição nós temos ouvido, das pessoas dessa área, do hospital mesmo, muitas críticas à forma como está acontecendo a EBSEH. Em primeiro lugar, houve um problema jurídico, sim, mas também é verdade que não houve concurso, para que as instituições completassem aqueles quadros profissionais. Então, de alguma forma, as instituições foram empurradas para a EBSEH. Não tinham outra escolha. Por sua vez, para a minha surpresa, parece-me que os salários na EBSEH são até mais altos que no sistema federal das universidades.

Eu não entendo muito o que se ganha. Entendo quando falamos em fazer uma licitação nacional. Isso é um ganho. Agora, mesmo aí é importante que as universidades possam fazer o controle de qualidade desse processo.

Nós ouvimos também queixas de que alguns materiais de má qualidade foram adquiridos. Outra queixa foi da questão da lógica do recurso. Por exemplo, vou fazer aquilo de que se precisa mais, academicamente, ou de que a sociedade precisa mais? O que o SUS paga melhor? Ouvimos de algumas pessoas esse tipo de crítica. É uma coisa para ser pensada. É importante a instituição ter essa autonomia. Não importa quem vai licitar, mas ela deve ter essa autonomia de dizer que, para o avanço acadêmico, é preciso fazer de certa maneira.

A lógica que temos pensado também é a de que esse nosso trabalho não fique só no teórico. Vamos fazer um belo discurso sobre as universidades, sobre as necessidades que elas têm de mais recursos e tal, sem ter propostas concretas, objetivas, inovadoras que possam transformar a realidade?

Eu vou listar aqui algumas ideias sobre as quais temos conversado. Por exemplo, na parte legislativa, o PNAES poderia ser transformado numa política, e não ser um programa. Mas há também a parte que poderia ser proposta para todos os candidatos a Presidente da República. Por exemplo, um programa nacional de monitoria, já que existe a evasão, e é importante a permanência; ou um programa que a UFF criou, chamado Altos Estudos, que é uma integração entre graduação e pós-graduação. Nele o aluno da graduação começa a fazer disciplinas da pós-



graduação, quando isso faz sentido naquela área, e obtém uma bolsa um pouquinho maior já na graduação. Depois ele recebe a bolsa de mestrado e segue adiante.

Outra coisa que também construímos lá e que teve um impacto muito importante foi a oficina de leitura e redação — e agora falo de inclusão de novo. O aluno entra na universidade, mas o grande problema é a língua portuguesa. Ele não entende o que o professor quer, ele não consegue escrever. Isso acontece em diversos cursos, até no curso de Letras. Na entrada havia esse tipo de problema. Então, foi um projeto muito bacana, que depois foi cortado por falta de recursos.

Eu estou falando de propor programas assim em âmbito nacional, como o PIBIC e outros programas.

É verdade que já tem havido apoio nos editais do CNPq, dos órgãos governamentais de apoio, de fomento, já tem havido referência a Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que acho muito positivo. Tem que haver mesmo. Isso é estratégia de país. Quanto a essa ideia do REUNI da pós-graduação, seja lá qual for o nome, talvez se pudesse seguir uma linha, na direção de a pós-graduação a ser apoiada também ter uma sinergia, uma interação com alguma universidade, o que também já aconteceu em alguns programas. Fica a ideia. Que não deixemos de ter sempre esse *link* das desigualdades regionais.

Outra ideia: que houvesse no País editais para grandes projetos inovadores, alguns de demanda livre e alguns induzidos. Para pensarmos, pergunto: para o País, o que seria interessante? O Brasil já teve um carro, o Gurgel. Não tem mais. Quem sabe uma parceria de universidades com o setor produtivo ou criar uma estatal para isso? Sei lá. Vamos pensar nesse tipo de coisa, em programas inovadores, que envolvam outras áreas também, como inteligência artificial, aviação. Se a Embraer tem...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vamos finalizar, por favor.

O SR. SÉRGIO JOSÉ XAVIER DE MENDONÇA - Já estou terminando.

Se a Embraer já tem o avião de guerra, será que é tão difícil ter a tecnologia para um avião comercial? Seria bom para projetar o País.

Encerro aqui. Queria só abordar uma linha que seria importante esta Comissão aproveitar, para realmente fazer propostas que não fiquem só na



choradeira — *“olha, precisamos de mais recursos”* —, propostas objetivas que possam fazer a diferença. O Prof. Roberto e o Prof. Paim falaram sobre a questão dos prédios inacabados.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Peço desculpas por controlar o tempo, mas eu tenho que controlá-lo, para todos falarem.

Alex, por favor.

O SR. ALEXANDER SIBAJEV - Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar a Mesa na figura do Dr. Roberto Salles.

Meu nome é Alexander Sibajev e talvez eu seja o único representante aqui da Região Norte. Fico até feliz por estar na sala da Comissão de Integração nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Há ali fotos de vários representantes nosso, inclusive ex-Deputados, Deputados nossos. Ali está a Deputada Maria Helena, o Deputado Cascavel, o Deputado Luciano.

Bem, eu estava comentando a minha participação com o reitor da universidade, o Prof. Jefferson Fernandes, e ele disse assim: *“Não se esqueça de falar das desigualdades regionais, das assimetrias”*.

Hoje inclusive, tendo feito parte de um programa de pós-graduação — sou professor de um e fui aluno, recentemente, como *post-doc*, da Federal Fluminense —, eu percebi que a coordenadora de lá, da área de biotecnologia, a Profa. Helena Castro, estava muito preocupada, não só com a falta de bolsa, mas também e principalmente com a empregabilidade das pessoas ali. Acho que essa é a principal questão dela. Ela inclusive tomou iniciativas, com as quais eu pude até colaborar. Ela levou empresas da Região Sudeste. Uma delas foi a Biozeus. Ela queria que as pessoas egressas do programa ou até alunos que estão fazendo doutorado pudessem fazer estágio num chão de fábrica.

Havia uma dúvida muito grande: *“Puxa, será que eu vou poder contratar essa pessoa que é já graduada? Será que ela não vai depois pedir para ser contratada como profissional?”* Nós até percebemos, com a assessoria jurídica da própria Federal Fluminense, que, sim, a lei do estágio possibilitava os estágios a pessoas que estivessem fazendo doutorado, que são estudantes. Com isso ela conseguiu colocar lá pessoas que não tinham bolsa, para serem egressas. Várias dessas



peças foram contratadas pela empresa. Então, são iniciativas de criatividade como essa que eu acho legais.

Agora, eu gostei muito de algo que vocês todos falaram, principalmente a Profa. Tereza: da necessidade de planejamento estratégico e de políticas bem definidas, o que vem a reboque também do que o professor falou sobre programas induzidos.

Então, Profa. Tereza, em vez de comprarmos o *kit* de transcriptase reversa, que é da Applied Biosystems, nós poderíamos fazer o *kit* da Applied; em vez de comprarmos equipamento de medicina nuclear da Mallinckrodt, talvez pudéssemos fazê-lo. Existe demanda tecnológica e industrial no Brasil para isso.

Acho que o CNPq tem que olhar isso e fazer esse *link*. Vejam só a Fresenius, que é uma empresa finlandesa, faz máquinas de diálise. Isso é caríssimo no meio biomédico. Nós temos deficiência nesse tipo de atendimento. Precisamos pensar neste tipo de coisa: planejamento estratégico, com expansão tecnológica, de forma que possamos ter retorno ao sistema e, de certa maneira, ter a sustentação, a viabilidade.

Aí vai um pouco na linha do que o Prof. Paim falou a respeito de como viabilizar os instrumentos legais para esse *stop and go*, de ter uma espécie de *endowments*, de ter um contínuo de financiamento. O que detona realmente a situação do pós-graduando não é saber que ele não tem a bolsa, mas esse vai e para, vai e para, esse *stop and go* o tempo todo. Os programas não se sustentam, e os pós-graduandos precisam ter uma dimensão do programa. Mas essa coisa de começar e parar realmente paralisa as culturas de células, destrói tudo, e a pessoa fica completamente desestimulada. Eu queria então sugerir que possamos olhar para isso no âmbito de CNPq e CAPES.

Eu sou da área da biotecnologia e da saúde também. Eu queria fazer à Mesa a seguinte pergunta: em que esta comissão de assessoria do Legislativo, da qual hoje fazemos parte, poderia ajudar ou o que poderia sugerir para a implementação legal e para facilitar os programas dentro das IES? O que vocês sugerem? Como o nosso relatório pode ajudá-los a fazer isso?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Obrigado.



Agora eu vou perguntar se alguém gostaria de fazer mais alguma colocação, antes de eu passar a palavra ao Paim.

Alguém gostaria de fazer alguma colocação? (*Pausa.*)

Eu vou fazer rapidamente uma pergunta. Tivemos agora há pouco tempo a crise na CAPES, o próprio Abilio publicou um documento. Parece que foi feita a recomposição, mas eu gostaria que o Geraldo pudesse falar do que realmente se tratou. Foi falta de orçamento, foi falta de recursos financeiros? Exatamente o que foi?

Pergunto também sobre a superposição dos cursos. Eu escutei o ex-Ministro Renato Janine, no lançamento do livro *A Pátria Educadora em Colapso*, falar sobre a Universidade Aberta do Brasil. Ele contou que de um determinado curso a distância havia quase 200 na mesma linha, no Brasil inteiro. Se eu estiver errando esse número, deve ser por pouco. Também sabemos que, numa mesma região, há cursos *stricto sensu* que não têm muita demanda. Isso também não seria uma coisa a se pensar? Apesar da autonomia universitária, isso não pode representar também um desperdício?

A outra questão é sobre Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. Vou fazer uma correção, Ricardo, tramitou só 4 anos aqui, mas essa proposta é de 2003, se eu não me engano, 2004.

O SR. RICARDO MARTINS - Ela chegou aqui em 2002.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Aqui, mas a ideia já vinha sendo discutida talvez em algum órgão executivo.

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Ali se prevê 10% do PIB para a educação. A pergunta que eu faço é a seguinte: como podemos conciliar esse crescimento do recurso em relação ao PIB para educação com o teto de gastos? Essa é a grande questão.

Agora, quantas patentes foram produzidas? Alguém poderia me dar o número de patentes, já que nós estamos falando da importância da pesquisa e da pós-graduação no País, nos últimos 10 anos?

O Prof. Geraldo nos falou também que precisamos corrigir para avançar. Eu acho que essa palavra é bonita. Acho isso importante sim. Pelo que entendi, é fazer



os ajustes necessários, apesar de o sistema funcionar muito bem. E quais são esses ajustes importantes?

A Prof. Adriana falou do percentual do PIB, 1% ou 2%, para a educação. Mas como realizar isso com o teto dos gastos? E qual a relação do PIB do MERCOSUL, da Europa ou da Ásia, em termos rápidos?

Para finalizar, em relação à questão da EBSEH, eu acho que não é parte da nossa discussão, pois esse é outro capítulo. Eu gostaria de dizer que eu vou começar a estudar comparativamente não só a questão do REUNI, como também da EBSEH. No nosso caso, foi traumático. A EBSEH foi aprovada no final de 2016, através de tropa de choque, fora do seio de universidade. Então, o que começou torto não pode dar certo, no caso da Universidade Federal Fluminense, e as consequências estão sendo repercutidas. É isso o que coloco para vocês.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Primeiro, eu queria agradecer ao eminente Prof. Luiz Horta pelas suas colocações. Na realidade, eu acho que temos que ter a visão de que nenhuma política pública ou programa não deve ser objeto de avaliação e de revisão. Não existe nenhum programa que seja perfeito. Ele só é perfeito depois de executado. E aí aparecem os engenheiros de obra pronta, que chegam lá e dizem que poderia ser diferente. (*Risos.*) Eu acredito muito que o processo de aperfeiçoamento na administração pública é permanente. As críticas são bem-vindas. Temos pela frente um novo Governo e, obviamente, essas avaliações têm que ser aproveitadas para que possamos aperfeiçoar a ação pública.

Eu acho que o Prof. Geraldo faz uma observação importante acerca da questão do REUNI, e esta Comissão está pensando a questão do REUNI na pós-graduação, a expansão da pós-graduação. De fato, essa questão da pós-graduação ter entrado no REUNI via SESU, sem integração com a CAPES, foi um problema. Eu acho que foi um problema porque, na verdade, fizemos uma expansão da pós-graduação por fora. Eu me lembro disso na época. Essa foi uma demanda que veio da ANDIFES e que acabou gerando algumas distorções que a CAPES foi corrigindo com o tempo. Eu acho que é um aprendizado para o futuro, no sentido de como fazer esse processo por dentro da própria CAPES.

O tema EBSEH obviamente não é fruto da discussão. Eu acho que há uma questão de concepção *vis-à-vis* a implementação. São coisas diferentes. Mas eu



vejo ainda e defendo várias vantagens, porque se fala de cursos e de forma de contratação. Temos que considerar o todo, quer dizer, não dá para fazer uma comparação sem verificar as questões que estão relacionadas e atinentes à contratação pública. Há uma série de elementos. Eu acho que não é, como o nosso Roberto Salles já colocou, objeto deste grupo de trabalho. Então, não vou me concentrar nisso.

Eu agradeço muito ao Prof. Luiz Horta por uma questão que ele coloca, qual seja a da questão da verba pública, da escola pública e da universidade pública. As pessoas, muitas vezes, confundem a questão orçamentária. É importante sempre analisar a questão orçamentária relacionada à fonte de financiamento, ou seja, como é gerada essa fonte de financiamento. Então, a verdade é a seguinte: há uma fonte principal de financiamento da educação, que é manutenção e desenvolvimento do ensino, gerada pela vinculação sobre a receita de impostos. Então, temos lá 18%, que agora, em função do teto, estão afetados, porque há um limite. Não estamos mais aplicando os 18% sobre a receita de impostos, na medida em que se tem uma emenda constitucional que me diz que essa vinculação está limitada e vai estar relacionada agora ao reajuste do orçamento do Ministério da Educação do ano anterior. Então, essa vinculação passa a não existir mais. Na prática, reduzimos essa vinculação. Embora saibamos que, pelos encargos gerados ao MEC, dificilmente a aplicação do recurso não se vai dar num nível maior do que os 18% da receita de impostos, outra fonte terá que abastecer, porque a conta não fecha, e a fonte que alimenta é o Tesouro Nacional, que é a Fonte 100.

Quando nós falamos dos outros programas que estão relacionados à expansão da educação superior, seja o PROUNI — aí estamos falando de isenção —, seja o FIES — aí estamos falando de financiamento de crédito —, a despesa não tem a mesma natureza, porque estamos falando de despesa financeira. As pessoas muitas vezes pensam que, diminuindo o FIES, como está acontecendo agora, isso resulta em mais recursos para a educação pública. Não é o que acontece, porque a natureza da despesa é financeira e não entra no orçamento da despesa a ser executada dentro da universidade, não é uma receita de manutenção e de desenvolvimento de ensino.



Outra fonte adicional que eu tenho para educação básica é o salário educação. Essas duas fontes, sim, estão integradas. Ou então, um fundo constitucional, como o FUNDEB, em que se tem uma parte para manutenção e desenvolvimento do ensino, que se pode usar somente 30% para complementar, e o restante tem que ser recurso do Tesouro.

Temos que analisar essas questões. Eu sou totalmente favorável ao conceito.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - V.Exa. está dizendo que, se zerarmos o PROUNI e zerarmos o FIES, não haverá mais dinheiro para a educação?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Não entra na educação pública.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não aumenta?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Não vai aumentar.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Magia contábil.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Não é magia contábil, não. É uma questão de fonte de financiamento, geração de fonte de financiamento. São questões...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - E o Governo jamais contabiliza nos 18% esse valor de PROUNI e FIES?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Não. Não contabiliza. Nem pode, nem poderia. Seria inconstitucional. Está aqui o nosso consultor Ricardo Martins, que conhece muito bem essas questões de legislação educacional — ele é Consultor da Câmara —, para, se concordar, depois poder até nos assessorar.

O SR. RICARDO MARTINS - Sequer entra no orçamento.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Não entra. Não entra no orçamento. É outro anexo. Isso é preciso esclarecer, porque, muitas vezes, faz-se uma discussão que...

O princípio de recurso público em educação pública está correto, é constitucional e tem que ser aplicado dessa forma. Agora, esses outros programas, essas outras fontes não estão associadas a esse recurso público gerado para a educação, não são uma fonte vinculada à educação. O fato de reduzir esses programas não vai resultar em mais recursos para as universidades, como está comprovado agora. A isenção não, porque o PROUNI continua sendo aplicado.

É óbvio que, se houver uma redução de arrecadação, isso vai afetar o programa. Agora, a despesa financeira não está dentro do orçamento do MEC, é um anexo orçamentário separado gerado por outra fonte, não é uma fonte que está



vinculada nem à educação pública nem à educação superior. Tem que se fazer essa diferenciação. Acho que é importante fazer esse esclarecimento.

Outro aspecto que eu queria pontuar é o seguinte: eu acho que essa questão de eficiência não é um tema que está associado à questão ideológica — entendeu? —, independentemente se é um governo de esquerda ou se é um governo mais conservador...

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Ele sempre será neoliberal?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Não. Não é a palavra “neoliberal”, na minha opinião. Acho que é uma palavra que expressa, na verdade, o que todo servidor público deve buscar. Eu preciso atender com eficiência às necessidades do País. Se há desigualdade educacional no Brasil, é preciso corrigir essas desigualdades educacionais e fazer isso com eficiência.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Não seria excelência, não?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Aí, é uma questão de semântica. Eu estou colocando o meu posicionamento. Na minha opinião, em relação à questão da palavra, eu sinceramente acho que ela não tem uma conotação ideológica, dependendo da forma como se coloca.

Eu acredito que não se resolvem questões de gestão pública com choque de gestão. Não sou favorável a isso. Acho que é um processo permanente de melhoria. Mas, ao mesmo tempo, eu também não acho que a questão da eficiência seja algo que tenha um viés ideológico. Na verdade, eu acho que todo gestor deve buscar a eficiência.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Tem a palavra a Profa. Tereza Muniz.

A SRA. MARIA TEREZA CARTAXO MUNIZ - Eu quero ser bem objetiva em relação à proposição. Eu acho que o momento é de proposição.

Obrigada por essa explicação, porque eu não tinha essa ideia. Fiquei muito satisfeita com a sua explicação.

Nós temos alguns programas na CAPES e no CNPq: PROCAD, Casadinho, PRONEX, PRONEM. Temos PRONEM em parceria com as FAPs. Vem aqui um bojo. O PROCAD está parado; o Casadinho também. É uma forma, como o que você falou, de estar mitigando as desigualdades. Eu acho que é por aí. No bojo



desse grande programa — estamos aqui fazendo uma proposta — há a questão do REUNI.

O REUNI foi exclusivamente para as federais, porque foi uma demanda da ANDIFES, foi bem dentro dessa lógica. Eu entendi perfeitamente, Ministro Paim. Foi exatamente assim. Acho que temos que estar voltados — não precisa ser o mesmo nome, mas é propositivo — no sentido de promover um programa para as instituições de ensino superior públicas do País e que reúna várias ações. Ações voltadas para interação empresa, ações voltadas para apoio às IES, programas que são menores. Então, há que se mitigarem essas diferenças institucionais.

Esse risco para o aluno é uma situação que ocorre não só na graduação, ela também ocorre na pós-graduação. Na minha universidade nós aprovamos um programa, não sei se os senhores conhecem, com financiamento da União Europeia — foi um edital de fora —, para apoiar essas questões relacionadas aos discentes. É o programa Solidaris.

Este ano começamos. Estamos montando a sala para dar apoio a esses discentes na graduação e pós-graduação. Temos também que colocar todas essas questões no nosso programa. Eu não sei ainda a mágica. Só estou pensando a semelhança desse REUNI, mas de uma perspectiva um tanto diferente, de fortalecimento.

Eu quero chamar a atenção — e o Prof. Alexander falou também — sobre a questão das empresas, da empregabilidade, da parceria empresa-universidade. Vamos fazer os *kits* de transcrição reversa. Essa questão da empresa-universidade não é que as universidades não queiram. As empresas também têm muito medo, porque elas querem uma coisa muito prática, eficiente. Elas não vão ter a nossa conversa. *“Ah sim, porque não sei o quê, formou, veja o princípio disso...”* Elas querem saber: *“Você vai me dar isso pronto? Como, com baixo custo e em quanto tempo?”*

A empresa quer isso. Não sou empresária não, mas tenho visitado muitos IES no mundo. Estive recentemente em Londres, faz 1 mês e pouco, na London South Bank University. É uma universidade estadual. As empresas estão incubadas ali dentro. O marco legal, o decreto, já dá essa possibilidade, mas se você chegar aos Estados e às Procuradorias das universidades estaduais e federais sabe o que as



peessoas dizem? *“Gente, tem que fazer licitação.”* Estou dizendo isso porque existem leis estaduais. Eu estou falando isso porque é verdade.

Outra coisa, se nós não trabalharmos nas limitações jurídicas, isso também não vai avançar, Adriana. Eu sei que você batalha por essa questão, e eu também lá na minha universidade. É um desgaste. Nós iniciamos um instituto de inovação tecnológica e temos que fazer licitação. Investimento de mais de 4 milhões da FINEP para o instituto de inovação, tudo pronto, com equipamentos de laboratórios que empresas colocaram lá dentro. E eu consigo?

Então, precisamos trabalhar também nas limitações jurídicas, senão nada do que estejamos propondo aqui que venha no bojo da inovação, de aproximar IES das empresas, vai funcionar.

Quando eu cheguei à London South Bank, a diretora de inovação estava fazendo as apresentações e me disse: *“Professora, eu tenho uma surpresa para você”*. Eu não sabia o que era, eu até me assustei. Havia um aluno nosso lá que estava montando uma empresa que queria trazer para o Brasil. Eu morri de vergonha e de felicidade ao mesmo tempo de ver isso. Como é fantástico! Esse aluno é novo, está na graduação na área de mecânica, não é de pós-graduação. E nós vamos receber o pessoal da London no próximo mês, por um projeto que eu ganhei com selo britânico.

Então, é mais fácil conseguir as coisas fora. É mais fácil até! É impressionante como funciona. É impressionante, gente! E o nosso País não consegue chegar. Acho que a nossa proposta não é o REUNI, com a sua característica no momento, mas sim um projeto, um programa, ou uma forma de apoio às instituições que inclua várias ações categorizadas escalonadamente. Eu acho que é por aí. Era isso que eu queria compartilhar.

Gostei muito da sua fala, porque eu acho lindo o juridiquês. *(Risos.)* Nós que não somos da área chamamos de juridiquês. *(Risos.)*

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Agora vamos entrar em uma nova fase. Eu gostaria de dar 5 minutos a cada um da Mesa para que faça a complementação do que foi colocado.

Neste momento eu vou ter que ser um pouco rigoroso com o tempo. Por isso, já peço desculpas.



O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO - Primeiro, eu queria me manifestar a respeito do que o Sr. Alex falou sobre empregabilidade. Essa é uma questão que tem que ser colocada. Eu estive olhando os dados do CGEE recentemente. Os mestrandos profissionais nossos estão com os salários bem melhores do que os mestrandos acadêmicos, quase se aproximando dos doutorandos. Teríamos que ter uma visão dos egressos, inclusive com relação à empregabilidade, se nós estamos formando mestres no Brasil para ficar atrás de um balcão atendendo clientes, como eu conheço mestres aqui em Brasília.

Então, esse é um ponto fundamental colocado pelo senhor. O que nós estamos fazendo para os nossos egressos? Qual é a taxa, a relação população-mestre-doutores, que é uma coisa que se vive espalhando por aí como argumento para dar sustentação ao sistema. Trata-se de um argumento que é muito pobre. Tem a profundidade de um pires essa discussão que nós temos que aumentar essa relação. Tem que aumentar dizendo para quê.

A questão das patentes. E eu estava participando de uma reunião do Movimento Empresarial pela Inovação — MEI. Trata-se de um movimento que a CNI está conduzindo, e a CAPES e o CNPq também foram convidados para participar desse debate. Eu represento a CAPES nessas discussões.

Recentemente, por conta dessa questão, eu estive em Israel, visitando alguns institutos de pesquisa que têm iniciativas de inovação, e fui ao Instituto Weizmann, que eu não conhecia.

Remeto-me um pouco ao que o Prof. Paim levantou, que é a questão do debate de ciência básica, ciência aplicada, ciência e tecnologia, que já está superado, porque ninguém mais discute isso. Só no Brasil se discute isso. Ninguém está falando mais nisso no mundo afora. Quem viaja sabe disso. Ninguém mais discute isso. Esse debate já está superado.

Prof. Roberto, a Vice-Presidente do Instituto Weizmann nos deu uma palestra e disse: *“Aqui nós só fazemos pesquisa básica; só pesquisa básica. Aqui os professores não são chamados para fazer pesquisa aplicada. Isso não existe aqui. Só existe pesquisa básica”*. Dos 25 medicamentos mais vendidos no mundo, sete nasceram dentro do Instituto Weizmann. Eles são praticamente bancados pelos *royalties* que ganham desses sete medicamentos. E há outras coisas. Além disso,



eles têm uma empresa dentro do Instituto para fazer a ponte de ligação entre a pesquisa básica e a empresa. Em média, eles registram duas patentes por semana.

Ontem, lá na MEI — para os senhores verem como a discussão é superadíssima, fora de contexto mundial —, alguém apresentou as principais instituições que requereram patente no Brasil. Os senhores imaginam de onde elas vêm? Das universidades, entre elas, UNICAMP, USP, UNIFESP. A maior produção de patentes vem das universidades. As empresas, como a PETROBRAS, estão lá de forma bem marginal.

Eu não tenho os números aqui. Eu procurei a fotografia agora, porque eu acho que eu a tirei, mas não com este celular.

Com relação à questão do orçamento que o senhor perguntou, nós avançamos com o Ministro, que tem feito um esforço enorme para garantir o que nós precisamos, embora a questão ainda não esteja fechada. Ela está aqui no Congresso. A luta continua. Nós ainda não fechamos o orçamento para garantir que no próximo ano nós teremos todos os bolsistas pagos. O tema já está avançando. Já houve um salto grande, mas nós ainda não fechamos esse assunto. Ele ainda está no Congresso.

O senhor falou em *stricto sensu* de desperdício. Eu acho que há desperdício no sistema.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO - Na mesma região, às vezes, dentro da mesma cidade, você tem inúmeros cursos — eu não vou citar o curso de direito, porque pode parecer... *(risos)* —, como o de administração...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO - Eu sei. O meu filho faz doutorado na USP e ele me diz isso.

Então, é fato de que há um desperdício implícito no sistema. Eu vou responder à pergunta que o senhor fez: “*Quais são os ajustes a fazer?*” Eu não vou responder, mas vou deixar no ar algumas questões. Quais são os ajustes a fazer?

Primeiro, é verificarmos realmente se o tamanho do sistema é adequado, se está compatível com aquilo de que nós precisamos, se está respondendo ao que a sociedade precisa ou ao que as instituições têm. Quer dizer, está respondendo à



demanda ou à oferta? Nós temos que discutir essa questão. A CAPES está discutindo isso. Trata-se de um ponto fundamental a se discutir. O sistema é bom, é grande, mas é isso mesmo de que o Brasil está precisando. E digo isso sem colocar na pauta de discussões a pesquisa básica ou a pesquisa aplicada. Eu não estou discutindo isso. Estou discutindo o financiamento que é feito pela sociedade.

Para finalizar, vou falar sobre uma coisa que o Prof. Paim disse e que é muito peculiar no Brasil. Nós criamos programas, programas e programas e nunca avaliamos qual é o passo seguinte a se dar. Os americanos chamam isso de *sunset clause*. Geralmente eles fecham o programa dizendo assim: “*Vamos continuar? Vamos. Como? A partir daquilo que nós aprendemos lá. Ou não vamos continuar, vamos acabar*”. Nós morremos de medo de encerrar programas.

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Com relação às áreas estratégicas, nós temos no Brasil a cultura de não falar “não”. Se alguém disser: “*Qual é a estratégia que nós vamos usar?*” Alguém se atreve a dizer: “*Vamos agora investir só na engenharia? Vamos investir só na saúde?*” Ninguém pega essa bandeira. A cultura...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Pois é, mas qual é a estratégia por um período, pelo menos? “*Em certo período, nós vamos fomentar isso, criar políticas, estudar qual é o cenário melhor.*” Nós não vemos esse movimento, concordam? É difícil dizer: “*Não vamos apoiar, neste momento, essa área*”. Como se diz isso? Esse é um problema que tem que ser pensado, porque acaba amarrando todas as nossas questões.

Vou dar um exemplo. Quando eu cheguei ao CNPq, eu disse: “*Vou dar uma olhadinha como o curso de engenharia está*”. Esse é o meu curso de formação. As bolsas de produtividade da diretoria em que estou têm os seguintes quantitativos: ciências humanas, 3.400 bolsas; ciências exatas, 2.400 bolsas; e engenharia, 1.800 bolsas. Nada contra essas áreas, mas o que é estratégico para o nosso País? Temos que formar o que, para que, para inserir onde? Isso é preocupante. Não estou querendo tirar nada de ninguém, mas há coisas que precisam ser aumentadas, melhoradas e repensadas nisso aqui.

Só estou trazendo isso aí para podermos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Para exatas são 2.400, incluindo o histórico da física, porque o CNPq tem 67 anos, e quem o fundou foi um físico. O CNPq tem o histórico de ter o maior número de bolsas em física e química. Isso é histórico mesmo.

Eu não estou aqui falando o que eu acho sobre essas áreas. Eu quero deixar bem claro que isso é uma discussão. Nós temos que pensar sobre isso. Por favor, não vão falar que eu disse que tem que cortar algo. Não disse que tem que cortar nada. Eu disse que temos que melhorar as áreas que não estão sendo valorizadas. Todas têm que ter aumento. Mas qual é a estratégia? Tem que ter uma estratégia. Todo país tem uma estratégia nacional. Qual é a nossa? Nunca vi ninguém dizer: *“Vamos nos reunir e fazer uma estratégia”*. Eu não fui a nenhuma reunião sobre isso. Já fui a reuniões no MEC, no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Ministério do Desenvolvimento Social, com o qual eu tenho parceria, no Ministério do Trabalho, e não se fala essa palavra. Então, é um assunto que nós temos que... Concorda, Ministro? O senhor foi Ministro e pode me corrigir, está bem?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Eu vou falar pelo CNPq. Essa questão da regionalidade que o senhor citou, professor, tem nos preocupado bastante. Tudo o que nós fizemos, a partir do momento da nossa chegada ao CNPq... Eu levei essa demanda ao Presidente, o Prof. Mário Neto, uma pessoa bem aberta para tudo, o senhor o conhece, e ele a acatou de imediato. Eu falei: *“Professor, há concentrações nos CAs, os Comitês de Assessoramento de áreas. Está tudo na Região Sudeste. Nós vamos mudar isso aqui. Eu não vou tirar o mérito do pesquisador, mas, se eu tenho um PQ-1A no Pará, por que ele não pode ser do Norte?”*

Agora estamos começando a mudar isso — eu tinha esses dados aqui. Nós já melhoramos. No ano passado, já regionalizamos com vinte e poucos por cento. Este ano, passamos para trinta e poucos por cento, porque os CAs vão mudando. A cada ano vão saindo alguns membros. Eles não saem todos de uma vez.

Se os senhores tiverem a curiosidade de ir à página do CNPq na Internet e olhar a composição dos CAs, os senhores vão ver que já constam lá Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Quando não aparece a região, os senhores



podem ir a outro lugar na página do CNPq que mostrará que não há bolsa de produtividade em pesquisa naquela região.

Eu fiz questão de sentar com todas as minhas três áreas, na mudança dos CAs, e abrir o currículo de todos os candidatos que poderiam atender os requisitos, passando pelo Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, fazendo o equilíbrio. A região que não tem PQ não tem jeito. Por exemplo, desenho industrial, que apresentou mudança no comitê, foi para PQ-2. Por que não foi para PQ-1? Porque não temos. O único que tínhamos no Brasil já foi três vezes. Não dá para ser agora de novo. Temos que trocar. Então, ficou um PQ-2.

Então, há coisas que não tem jeito de mudar. Isso está bem claro na página do CNPq, e os senhores podem pesquisar lá. Essa questão da regionalidade já me deixa um pouco tranquila, porque temos olhado isso e temos tido todo o cuidado.

Há também a questão de gênero. A maioria dos CAs era totalmente formada por homens. Quando eu levei essa proposta, um pesquisador me questionou: “O CNPq é mérito ou é gênero?” Eu falei: “As duas coisas, professor”. Se eu tenho um PQ-1A do sexo masculino e um PQ-1A do sexo feminino para compor um comitê que já tem seis membros do sexo masculino, por que o PQ-1A do sexo feminino não pode entrar? Por que não podemos fazer o equilíbrio? Não queremos ser melhores do que ninguém, mas podemos, sim, valorizar a mulher, do contrário não se mudam os índices. Isso consta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS, no Objetivo 5. Nós temos que melhorar esses índices.

É claro que tem que ter mérito. Eu não defendo a ideia de que, porque eu sou mulher, tenho que estar em tudo. Não tenho! Eu sei que cheguei aonde cheguei por competência. Nunca tive indicação política. Um professor meu me disse: “Você foi minha aluna A. Eu quero você aqui. Você vem dar aula aqui?” Quer dizer, sempre foi por mérito.

Eu falo que vim de uma família pobre. Eu vim do interior do Espírito Santo e sou filha de um lavrador. Meu pai aprendeu a ler com a minha mãe, que era professora. Então, não tenho nada assim: minha família é de engenheiros! Eu não tenho isso. Eu fui uma das primeiras a me formar na família. Então, eu sei o caminho que me trouxe até aqui. Foi com estudo, com educação. O País só muda com educação. Isso não tem discussão.



Autonomia universitária.

Isso, ao mesmo tempo que é bom, amarra muita coisa. Vários institutos federais que o senhor citou oferecem cursos que não têm nada a ver com a região. Por exemplo, curso de moda. Se a região não é polo, para que esse curso? Então, essas coisas devem ser pensadas também e muito. Um aluno meu de mestrado fez desenvolvimento regional no instituto federal onde ele atuava. Nenhum curso tinha a ver com a região. Essa não era a minha área de estudo, mas eu fiquei impressionada. A dissertação de mestrado mostrou isso aí.

Eu acho, professora, que o Decreto 9.283, que regulamenta o marco legal, realmente flexibiliza bastante, mas temos que levá-lo para as universidades, porque os professores não o conhecem e não têm interesse em conhecê-lo. E temos o grupo do contra, que diz: “Fazer parceria com o setor privado é privatizar”. Nós sabemos que nossos pares que são ímpares pensam assim também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Temos alguns pares que são ímpares.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Eu acho que tudo tem que ser analisado, tem que ser pensado. E lá também...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Você é ímpar?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Não é abrir para a empresa. Eu acho que podemos fazer parcerias até aquele percentual que é para isso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - É permitido no marco legal.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - *(Riso.)* Nós fizemos um seminário no CNPq e chamamos a CGU justamente para discutir a questão do decreto.

Nesse seminário, estava presente o Secretário. Foi muito importante esse evento. Nele, discutimos muitas coisas: questão de licitação e principalmente a prestação de contas, que se flexibilizou bastante. Em projeto de até 100 mil, para que prestar conta? O próprio relatório já mostra.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Mas, nesse caso, só em grupo de pesquisa. É necessário pensar, porque há umas coisas ali. Temos que fazer pesquisa aplicada. Eu acho que não é só pesquisa pura. Temos sim! Inclusive, na educação, é preciso fazer projeto de intervenção na escola, porque nós temos a área de educação, mas o que ela vai trabalhar com o seu chão de fábrica, que é a escola? Ela tem que ir lá, colocar a mão na massa e não ficar só dialogando com os autores da educação. Eu dialogo também com a educação, mas eu tento aplicar em alguma coisa.

Então, era isso. O meu tempo acabou. São muitas interrogações para dialogarmos. Eu não sou dona do conhecimento de tudo, eu sou ignorante em alguns assuntos. Não há problema nenhum em falar essa palavra “ignorante”. Ignorante significa não entender sobre algo. Ao chamar alguém de ignorante, não estamos xingando ninguém. Eu sou ignorante em medicina; não sei receitar nada.

(Riso.)

Obrigada.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM - Bom, vou ter que falar e sair, porque estou com horário do voo próximo.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e dizer que acho fundamental pensar aqui numa proposta vinculada à melhoria da expansão das universidades públicas, dentro da perspectiva de um projeto de Nação. Isso é importantíssimo.

Quando pensamos num projeto de Nação, temos que pensar numa estratégia nacional apresentada de forma sistêmica, como eu disse aqui. Não podemos pensar na questão da educação sem pensar na educação básica e na superior, sem pensar também na educação superior com a pós-graduação e a pesquisa científica e tecnológica. Isso é um ponto central.

Acredito, especificamente — e a comissão está se debruçando sobre isso —, numa alternativa para melhorar essa questão da assistência para permanência dos estudantes nas universidades, porque não podemos ter um processo de inclusão e não ter essa preocupação com a permanência.



Quanto à questão da expansão da pós-graduação, há uma experiência interessante, tanto na questão desse desafio da desigualdade regional quanto também da internacionalização e outros aspectos, como a criação de cursos. Quer dizer, nós temos todo um aprendizado porque, na realidade, a nossa pós-graduação é uma área muito bem estruturada, desde o seu nascedouro, em 1965, com parecer do Sucupira, que desenhou uma pós já preocupado com essa questão da avaliação. Se nós compararmos isso com a graduação, nós vamos ver que a nossa cultura de avaliação é muito mais recente, enquanto que, na nossa pós-graduação, é algo que já está mais estruturado. Mas isso não quer dizer que não temos que repensar isso, como falou aqui o Prof. Geraldo.

Creio que a questão da recuperação dos investimentos especialmente voltados para essas obras suspensas, paralisadas, é um ponto muito importante sobre o qual a comissão deve se debruçar. Vejo também que a questão levantada pelo nosso eterno Reitor Roberto Salles sobre a extensão também exige uma reflexão.

Por último, como eu já falei aqui, eu diria que temos que pensar na questão da governança das universidades. Quando eu faço governança, eu sempre trabalho com duas visões muito claras. Uma é a visão do marco legal e jurídico no qual as universidades têm o seu funcionamento. Temos que rever isso permanentemente. Ao mesmo tempo, eu sei que o professor não vai gostar da minha expressão, mas temos, sim, que trabalhar com uma visão de governança associada a resultados. Eu não tenho preconceito com essa questão de resultado, de eficiência, mas acho que a divergência faz bem para o debate. Eu acho que nas universidades há e sempre haverá espaço para se pensar num círculo de planejamento e gestão que nos permita alcançar melhores resultados.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Gostaria de agradecer a presença à Profa. Adriana Tonini, do CNPq; ao Prof. Geraldo Nunes, da CAPES; à Profa. Tereza Muniz, do FOPROP; e ao nosso eterno Ministro José Henrique Paim.

Aproveito para fazer uma correção. Eu particularmente também considero o Fernando Haddad um dos melhores Ministros da Educação que o País já teve, assim como o Ministro José Henrique Paim, a quem quero agradecer por ter se prontificado a vir do Rio de Janeiro. Agradeço a todos vocês. Inclusive, alguns foram



pegos de surpresa, como o Geraldo, que nem sabia para onde ia. Soube no meio do caminho. Estou muito feliz com a presença de todos.

Concedo a palavra à Profa. Maria Tereza Cartaxo Muniz. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA TEREZA CARTAXO MUNIZ - Quem perguntou sobre a posição do País em termos de produção de inovação? (*Pausa.*) Acho que foram vocês dois. Pesquisem no Global Innovation Index 2018. É grátis.

Em termos de inovação, de um modo geral, estamos na posição 64. Saímos de 61 para 64. Melhoramos um pouquinho. Em relação à *innovation output*, a produção de patentes, efetivamente, estamos na posição 70. Só para termos uma ideia de que é um aspecto importante. O País ainda não tem essa engrenagem. E ela está precisando realmente de ser movida. O que a Adriana colocou aqui foi muito bom. E não precisa ser efetivamente uma transferência de um produto. Há coisas muito mais simples, como a própria inovação social.

Quando meu coordenador de inovação chegou, eu fui logo dizendo a ele que eu era da área biotecnológica, da área de biologia molecular. Há três hospitais na minha universidade: um ginecológico, um geral, referência em doenças infecciosas e câncer, e um cardiológico, o maior do Norte e do Nordeste, que é o PROCAPE. É fantástica a interação. O meu laboratório de pesquisa é um laboratório de serviço que eu montei lá dentro com recursos do Banco do Brasil, do projeto Criança e Vida. Vocês estão entendendo como que as coisas funcionam?

O que eu estou colocando para vocês é que nós precisamos avançar muito nessas questões com as parcerias, gente! Alguém pode se perguntar: como a Tereza vai interagir com a engenharia, com inteligência artificial? Eu publiquei um trabalho no ano passado. Tenho um aluno de doutorado com déficit cognitivo que é engenheiro. Este ano nós estamos com uma proposta no CNPq para ver se conseguimos alguma coisa, na área de Burkitt, com inteligência artificial, para reestratificarmos.

Gente, nós precisamos sair dos nossos espaços tão limitados! Eu me sentia limitada, mas, depois, eu fui abrindo a minha mente para essas questões.

Podemos sair daqui com isso, mas se abrimos para cumprir um pouco do marco legal. Não é verdade? É nisso que eu estou também tentando ajudar o Prof. Geraldo. Eu sei que não é fácil. Eu estou aqui para apoiá-lo porque ele não tem mais



pernas, e a equipe dele não tem condições. Nós vamos pensar em outros instrumentos de repasse de recursos, nem que seja só um a mais. Vamos usar o marco legal, o decreto e vamos trabalhar.

Hoje eu fiquei lá. Ele me deu carona. Eu fui lá, e aí ele me deu carona para cá. Eu fiquei trabalhando nisso ali na salinha ao lado da sua sala.

Gente, eu creio que foi extremamente rica esta reunião para mim, como fórum. Eu vou fazer um relato de tudo o que discutimos aqui e repassar, porque eu vi que as questões são muito mais profundas. E eu digo que são acessíveis para prepararmos isso. Mas é preciso dar continuidade com pessoas que pensem numa perspectiva aberta de cooperação. Não podemos ficar fechados, dentro dos nossos guetos.

Eu quero finalizar a minha fala, porque já está avançada a hora, agradecendo a oportunidade desta participação. Eu soube dela ontem, na verdade. Para mim, foi gratificante. Eu pensei assim: *“Meus Deus, o que é que eu vou fazer lá?”* Aí (*ininteligível*) disse: *“Tereza, eu também não sei o que é”*. Ninguém sabia. Geraldo foi quem me deu uma luz. Ele disse: *“Eu peguei umas coisas, umas informações”*. Eu pensei: *“Poxa, eu não peguei nada”*. Abri o fórum e pensei: *“Espere aí! É o que a gente já fala de um modo em geral”*.

Então, para mim, foi gratificante. Gostaria muito até de continuar, porque eu senti que realmente o pessoal está imbuído em construir algo. Precisamos ser objetivos, fazer uma agenda — já estou me metendo; é coisa de professor (*riso*) — e trabalhar nessa proposta sobre se será um REUNI diferente ou não, como é que vai ser. Mas a minha fala é: que as universidades, de um modo em geral, sejam contempladas. Não pensem principalmente só nas federais; pensem também nas estaduais, que estão crescendo muito. Há estadual que está crescendo e se interiorizando.

Por exemplo, vocês falaram da questão da mitigação de programas de doutorado. Eu tive a oportunidade de ver ontem o primeiro programa de doutorado que vai ser criado na UNIVASF, no Semiárido, Prof. Geraldo. Veja que coisa fantástica! Isso é lindo, gente! Será criado no Semiárido, na UNIVASF! Uma universidade fica quase de frente para a outra: a UPE e a UNIVASF. A UPE é muito mais antiga. Orgulha-me ver lá o meu colega Jackson com o seu futuro primeiro



doutorado. Gente, isso é possível! Então, temos que trabalhar conjuntamente nessa perspectiva.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Muito obrigado.

Eu gostaria de saber do nosso mestre dos mestres se gostaria de tecer algum comentário.

O SR. RICARDO MARTINS - Quero só agradecer o privilégio de ouvi-los, todos: os da Mesa e os membros do GT.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu gostaria de agradecer a presença a todos e dizer que a primeira atitude nossa a partir da criação do grupo de trabalho foi procurar a ANDIFES.

Eu sempre brinco, dizendo que a ANDIFES sempre teve um presidente de direito e um de fato. O Presidente de fato é o Gustavo Balduino. Ele sempre foi Presidente da ANDIFES. Eu o procurei e expliquei do que se tratava o trabalho. Ele perguntou: *“Por que a ANDIFES não indicou os nomes?”* Eu falei: *“Você vá lá e pergunte ao Presidente da Câmara por que ele criou essa comissão e por que ele escolheu as pessoas”*. Falo isso para não haver confusão. Eu falei: *“A ANDIFES é a ANDIFES; o grupo de trabalho é o grupo de trabalho”*. Mas eu estranhei, porque já era para ele saber disso, com a experiência que ele tem. E aí eu disse: *“Você me conheceu. Eu pertenci à ANDIFES durante 8 anos, por dois mandatos, e sempre defendemos o ensino superior”*. E eu quero tranquilizá-la, porque a Subcoordenadora Josiane é da UNESP. Então, nós estamos aqui trabalhando para a educação superior pública federal, estadual e municipal, que está presente.

Nós, obviamente, estamos aqui para aprender com vocês e apresentar, com a ajuda das pessoas que trabalham aqui na Câmara, algumas propostas, que não vão substituir nenhum estudo que já exista, porque, por exemplo, eu estive lendo tudo que a ANDIFES quer, e a ANDIFES quer tudo. Nós não podemos, obviamente, atender isso, com esse teto de gastos. Nós não podemos. A proposta é pegarmos três ou quatro temas, apresentar ao Deputado, conversar com ele e convencê-lo da importância desses temas. Com a sensibilidade dele, que deve ser novamente Presidente da Câmara, ele vai nos ouvir. De antemão ele concordou — estive com ele em Niterói — com a questão do desperdício nas obras inacabadas das



universidades. No nosso caso, lá na Fluminense, por sorte, são poucas, mas eu sei que há universidades com bastantes obras inacabadas. Então, nós vamos já com essa proposta. A outra proposta seria a da pesquisa, pós-graduação, inovação ou, a partir do que vocês disseram aqui, com outro nome — não seria um REUNI, talvez, teria outro nome, mas nós estamos sugerindo como se fosse um REUNI.

Há a questão também que o Paim falou aqui do PNAES. Tem que ser realmente uma lei permanente, e não um programa que possa se encerrar em algum momento. E há a questão também da inclusão como um todo. É o PNAES com a sua inclusão, não só a manutenção dos alunos que já estão no programa, como também a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Eu acho que, se nós conseguirmos três ou quatro eixos, a questão da regionalização também é importante e a extensão, que sempre tentamos colocar na matriz orçamentária, mas há uma resistência, que eu não sei se é do MEC ou da ANDIFES. A extensão nunca entrou na matriz, e ela é, do meu ponto de vista, muito importante, porque é o momento em que a universidade é conhecida pela população, em que ela extrapola os muros da universidade e leva a pesquisa, tanto básica quanto aplicada, ao conhecimento da população. Vocês vão ficar surpresos, se fizerem uma pesquisa ao redor da universidade, por incrível que pareça. Cheguem lá a algum lugar por onde passe muita gente e perguntem: *“Você sabe que aqui fica a universidade federal tal?”* Vocês vão ficar surpresos, porque as pessoas...

(Não identificado) - Todo mundo sabe.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não, todo mundo sabe, não. É o contrário. Muita gente não sabe que a reitoria da Universidade Federal Fluminense é ali, onde a pessoa caminha pelo calçadão. É uma coisa realmente impressionante. Mas, sabe por quê? Porque a universidade não se mostra, ela não vai para a rua, não transpõe o muro para dizer: *“Olha, nós estamos presentes, fazendo esse, esse e esse trabalho, de alguma forma beneficiando...”*

A SRA. MARIA TEREZA CARTAXO MUNIZ - A curricularização da extensão é muito importante.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Como?

A SRA. MARIA TEREZA CARTAXO MUNIZ - Desculpem-me. É só um aparte.



Nós trabalhamos na nossa universidade. Existe uma lei, e essa lei ainda não está... Mas temos até 2021, eu acho, para cumpri-la. Nós avançamos na nossa universidade no processo de curricularização da extensão, porque a extensão, na universidade, é muito forte. Na favela que fica ao lado, as pessoas que moram no entorno dizem: “Ah, é a escolinha da UPE”. Dizem ainda, sobre o programa da pressão arterial: “Na Pressão, Conte Comigo”. São coisas desse tipo, programas dessa natureza.

Nós fizemos um trabalho de curricularização da extensão muito bonito. As atividades da extensão estão sendo computadas dentro dos currículos dos alunos de graduação. Os dados da extensão podem ser usados para a pesquisa, e o inverso também é verdadeiro: aplica-se o que se produz na extensão. Esta clareza sobre a extensão precisa ser ampliada. Trata-se daquilo que está fora dos portões. (Risos.)

Era para isso que eu queria chamar a atenção.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Gostaria de dar uma explicação aos nossos convidados em relação ao que nós estamos propondo. O primeiro cuidado é divulgar para a ANDIFES, apesar de eles já o saberem pela publicação, e dizer que estamos muito felizes com a presença de todos vocês, que com certeza enriqueceram muito o debate.

Nós já estamos trabalhando alguns temas, esta não é a primeira reunião, amanhã teremos outra. Um dos membros da Comissão é a Reitora da Universidade Federal da Paraíba, a Profa. Margareth Diniz, uma pessoa realmente aguerrida, brilhante. Nós vamos fazer a próxima reunião na outra semana, na universidade, e, com certeza, vamos chegar a um bom resultado, um resultado factível, e apresentar ao Presidente, dentro da situação orçamentária e financeira por que passa o País.

Não podemos nos iludir.

Como já foi dito, independentemente de quem seja o Presidente, alguém tem que aprender a ensinar que não se pode priorizar nem a educação superior nem a educação básica em detrimento de uma ou de outra, como temos ouvido. Isso mostra o despreparo de alguns, inclusive aqueles que se dizem bem-sucedidos na iniciativa privada.



Esta é a nossa posição. Nós queremos defender a universidade pública gratuita e de qualidade, mas, como foi dito aqui, procurando corrigir algumas coisas que têm acontecido nas universidades — não vou dizer que sejam erros, mas alguns norteamientos mencionados, com muita clareza, como superposição de cursos. São questões que levam, de alguma forma, ao desperdício.

Eu queria agradecer a todos e dar por encerradas as minhas palavras.

O SR. RICARDO MARTINS - Gostaria de fazer um comunicado de ordem administrativa: os senhores membros do Grupo de Trabalho, os que ainda estão com o cartão de embarque da vinda mas que ainda não nos entregaram, peço, por favor, que o façam, para adiantarmos o processo de prestação de contas.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Eu gostaria de indagar sobre as atividades de amanhã, já que estamos em comunicações administrativas, a que horas nos reuniremos, onde e a que hora se encerram nossas atividades.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - No mesmo horário. Como será amanhã?

O SR. RICARDO MARTINS - Amanhã, às 9 horas, neste mesmo plenário. O encerramento ficará sob orientação do coordenador.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Mas vamos nos manter a tarde toda, ou não?

O SR. RICARDO MARTINS - Somente pela manhã.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Só matinê. E a matinê se encerra a que horas amanhã?

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Vai depender do desenrolar. Se for com uma bancada do nível desta que temos, vamos ficar, se possível, até às 3 horas da tarde.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Isso faz diferença, por conta dos hotéis. Não sei se voltamos ao hotel, se não voltamos, se haverá tempo.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Eu acho que temos que trazer as malas.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Sim, mas, para mim, isso faz toda a diferença na negociação com o hotel.



O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Mas me deixe explicar uma coisa.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Uma coisa é deixar o hotel...

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Cada caso é um caso. Nós devemos encerrar — eu estava brincando quando disse que íamos até às 15 horas — em torno do meio-dia ou à 1 da tarde, no máximo.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Certo. Agradeço ao coordenador e ao nosso querido professor.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Há uma brilhante sugestão aqui.

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Não é brilhante, não. Você falou no REUNI da pós. Eu acho que não se deve vincular. O REUNI já foi um programa, não é? Talvez a ampliação e o fortalecimento da pós-graduação e a questão da regionalização, acho, perpassem por estes tópicos. A regionalização não é um tópico separado: ela perpassa a ampliação da pós-graduação, além de tudo o que você foi elencando para o Deputado. É preciso incluir que todos nós estamos atentos à regionalização.

O SR. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA - Em vez de REUNI, RePós.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Na verdade, desde o início, desde a primeira reunião, o que nós temos dito, só para exemplificar, é como se fosse um REUNI, porque a designação REUNI teve a marca de um governo.

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Exatamente.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Obviamente, não vai se repetir. Mas, como eu não tinha outro exemplo, para as pessoas entenderem...

A SRA. ADRIANA MARIA TONINI - Eu achei que já estava fechado.

O SR. COORDENADOR (Roberto de Souza Salles) - Não, absolutamente. Nada aqui está fechado.

Hoje vocês conseguiram realmente clarear muitos pontos, e com certeza nós vamos avançar. Esta parte do trabalho termina aqui, mas nós vamos continuar.

Quero agradecer a cada um de vocês e dizer que estamos sempre à disposição de todos.

No relatório final, obviamente, vocês vão tomar ciência, em primeira mão.
Muito obrigado. *(Palmas.)*